Plano de Gestão Florestal da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO 2

1.1. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS 2
1.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL 2
1.3. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 4

2. DEFINIÇÃO DA POLÍTICA PARA A UNIDADE DE GESTÃO 6

3. ELEMENTOS ADMINISTRATIVOS 6

3.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO 6
3.2. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO 6
3.3. TIPIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO 7
3.4. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE 7
3.5. SERVIDÕES LEGAIS E OUTRAS RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO 8

4. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SEU APROVEITAMENTO 11

4.1. DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS 11
4.1.1. Factores Físicos 11
4.1.2. Séries de vegetação presentes e habitats naturais relevantes 17
4.2. OCUPAÇÃO DO SOLO 17
4.3. COMPARTIMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE PARA EFEITOS DE GESTÃO 18
4.4. ANÁLISE DOS POVOAMENTOS FLORESTAIS E DAS SUAS POTENCIALIDADES 19
4.4.1. Descrição dos povoamentos - Avaliação quantitativa e qualitativa 19
4.5. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS ASSOCIADOS À FLORESTA 21
4.6. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO APROVEITAMENTO DA UNIDADE DE GESTÃO 21
4.7. DESCRIÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS 22

5. DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS 23

5.1. ZONAMENTO SEGUNDO A FUNÇÃO DOMINANTE 23
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS SEGUNDO AS PRIORIDADES ATRIBUÍDAS 24
5.2.1. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de produção 24
5.2.2. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça 26
5.2.3. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de conservação de habitats 27

6. MODELOS DE SILVICULTURA 28

7. PLANO DE EXTRACÇÃO DE CORTIÇA 29

8. PLANO DE ACÇÕES DE BENEFICIAÇÃO 30

8.1. ACÇÕES DE SILVICULTURA 30

8.2. DFCI (OPERAÇÕES MÍNIMAS DE SILVICULTURA) 38

9. PLANOS DE CURTO E MÉDIO PRAZO PARA ACTIVIDADES ASSOCIADAS À FLORESTA 40

9.1. APROVEITAMENTO CINEGÉTICO 40

9.2. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE CAÇA TURÍSTICA DO PANASQUINHO E ANEXAS – PROCESSO Nº 1453-DGF 41

9.3. ACÇÕES DE APOIO Á GESTÃO DA ZCT 42

9.4. APROVEITAMENTO APÍCOLA 42

9.5. APROVEITAMENTO DE MATOS 42

10. ANEXOS 44

10.1. HISTORIAL DA GESTÃO NAS ÁREAS INTEGRANTES DO PLANO DE GESTÃO FLORESTAL 44

10.2. CARACTERIZAÇÃO DO COBERTO VEGETAL, RECURSOS ASSOCIADOS POR PARCELA DE INTERVENÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO HISTORIAL DOS PROJECTOS ANTIGOS – REG (CEE) 2080/92, PEDIZA, PDF, AGRO, RURIS - (APOIADO EM CARTOGRAFIA SIMPLES DE APOIO) 44

10.3. HISTORIAL DE APROVEITAMENTO E GESTÃO DA ZONA DE CAÇA TURÍSTICA (2005-2008) 44

10.4. CARTOGRAFIA DE APOIO 44

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1 - ELEMENTOS REFERENTES À IDENTIFICAÇÃO DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 7
QUADRO 2 - CONDICIONANTES DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE..... 10
QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E FISIOGRÁFICA DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 12
QUADRO 4 - DADOS REFERENTES ÀS PARCELAS DE AMOSTRAGEM INSTALADAS NA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 20
QUADRO 5 - CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS 22
QUADRO 6 – MODELOS DE SILVICULTURA..... 28
QUADRO 7 – PREVISÃO DAS EXTRACÇÕES DE CORTIÇA (ARROBAS) - 2008-2027..... 29
QUADRO 8 – ÁREAS DAS PARCELAS A INTERVIR NA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 30
QUADRO 9 - PLANIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES A EXECUTAR DURANTE OS QUATRO QUINQUÉNIOS. 31

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 8
FIGURA 2 – PLANTA DE CONDICIONANTES DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 10
FIGURA 3 – VALORES MÉDIOS DIÁRIOS DA TEMPERATURA (ºC) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974) 12
FIGURA 4 – VALORES MÉDIOS ANUAIS DE PRECIPITAÇÃO (MM) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974) 13
FIGURA 5 – VALORES MÉDIOS DO Nº DE DIAS COM PRECIPITAÇÃO (ATLAS DO AMBIENTE, 1974) 13
FIGURA 6 – VALORES MÉDIOS DA HUMIDADE DO AR (%) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974) 14
FIGURA 7 – CARTA DE DECLIVES (%) 14
FIGURA 8 – CARTA DE EXPOSIÇÕES 15
FIGURA 9 – CARTA DE SOLOS 15
FIGURA 10 – CARTA DE PH (ATLAS DO AMBIENTE, 1979) 16
FIGURA 11 – CARTA HIPSOMÉTRICA 16
FIGURA 12 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO PARA A HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 17
FIGURA 13 – UNIDADES DE TRATAMENTO DA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 18
FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO E PONTOS DE AMOSTRAGEM NA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 19
FIGURA 15 – ZONAMENTO SEGUNDO A FUNÇÃO DOMINANTE NA HERDADE DE ALDEIA DE CIMA E FONTE DO POTE 23
FIGURA 16 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2008-2027 30

No Plano de Gestão Florestal para a Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote são, fundamentalmente, descritos os aspectos essenciais relativos à situação actual da Unidade de Gestão e um plano de acções para o período de 20 anos.

As acções presentes neste plano deverão ser alvo de revisão 10 anos após a data da sua elaboração.

Admite-se a possibilidade de ser necessária a elaboração de um plano especial antes do fim do decénio, desde que devidamente fundamentada pela ocorrência de mudanças nos pressupostos que estiveram na base da definição das propostas de gestão.

Nas intervenções propostas no PGF foram tidos em conta os Planos Orientadores de Gestão (POG) dos vários projectos executados ao longo dos tempos.

Relativamente a outras situações foram realizados pequenos ajustamentos temporais, os quais já eram existentes desde a aprovação dos projectos assim como com eventuais atrasos que se tenham verificado no encerramento dos projectos.

Para todos os efeitos deverão os serviços competentes ser informados das alterações preconizadas. O facto de serem mantidos os pressupostos iniciais permitirá que as alterações sejam aceites passando a existir um único instrumento de gestão.

A elaboração destes PGF tem também como intenção a promoção de uma certa homogeneização temporal, sempre que possível, das operações preconizadas para cada Herdade.

1. Enquadramento nos Instrumentos de Ordenamento

1.1. Estratégia Nacional para as Florestas

A *Estratégia Nacional para as Florestas* (DGRF, 2006) evidencia algumas linhas de acção importantes, nomeadamente:

- Uma gestão profissional e activa dos povoamentos, que maximize o aproveitamento das potencialidades das estações.
- Minimização dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos;
- Uma nova especialização do território, que tenha em conta as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto, permitindo uma correcta afectação das diversas funções aos diversos tipos de floresta e aos diferentes espaços e agentes do sector;

1.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal

De acordo com o *Plano Regional de Ordenamento Florestal* (PROF) do *Alentejo Central*, a Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote localiza-se nas sub-regiões homogéneas Serra de Ossa e Portel e Montados de Sado e Viana.

De referir que existem áreas da unidade de gestão em corredor ecológico (em anexo) devidamente identificado no Plano Regional de Ordenamento Florestal. Uma das áreas que se encontra abrangida pelo corredor ecológico situa-se no limite noroeste, abrangendo cerca de 25% da área.

No âmbito da execução do plano de gestão florestal deverão ser tidas em conta as orientações do artigo 10º do decreto regulamentar do PROF, nomeadamente as que identificam como normativos a aplicar, as funções de protecção e conservação e sub-funções de protecção da rede hidrográfica e conservação de recursos genéticos, sem que no entanto sejam de excluir outras funções, nomeadamente as de produção, sempre no pressuposto de comprimento das funções e sub-funções prioritárias.

Na sub-região Montados de Sado e Viana os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objectivos específicos:

> 1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de protecção.
> 2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes

objectivos específicos:

a) Desenvolver a actividade silvopastoril:

i) Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;

ii) Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris;

iii) Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

b) Aumentar a actividade associada à caça:

i) Aumentar o conhecimento e o potencial cinegético da região;

ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva e a rendibilidade da actividade cinegética;

iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

c) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais:

i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca;

i) Aumentar e melhorar as infra-estruturas de suporte à actividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário.

d) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos, pinhão, plantas aromáticas, condimentares e medicinais;

e) Direccionar as produções de cortiça no sentido de uma maior valorização dos produtos finais;

f) Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;

g) Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro;

h) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, da fauna e da flora classificados;

i) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão.

Na sub-região da Ossa e Portel os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objectivos específicos:

1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de protecção.

2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

a) Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo:

i) Aumentar o conhecimento sobre silvicultura das espécies florestais com maior potencial produtivo para a sub-região;

ii) Diversificar a ocupação dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bons potenciais produtivos.

b) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, os cogumelos, o pinhão e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;

c) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e

integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados;

d) Sensibilizar os proprietários para o correcto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;

e) Desenvolver a actividade silvopastoril:

i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;

ii) Integrar a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

f) Aumentar a actividade associada à caça, enquadrando-a com a actividade silvopastoril e conservação:

i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;

ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva, a rendibilidade da actividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas;

iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

g) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a propagação do fogo;

h) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;

i) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

j) Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;

l) Adequar os espaços florestais à crescente procura de actividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico:

i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;

ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio com infra-estruturas de apoio;

iii) Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a utilização para recreio e com interesse paisagístico.

1.3. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

De entre os diversos eixos estratégicos nos quais o *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios* está centrado, destaca-se pela sua íntima ligação ao ordenamento do território e ao planeamento florestal o *1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais*, cujo objectivo é promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas através da: criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; implementação de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, promoção de acções de silvicultura; promoção de acções de gestão de pastagens; criação e manutenção de redes de infra-estruturas e divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Na ausência do PMDFCI iremos ter como apoio á leitura da problemática dos incêndios na região, três suportes cartográficos (apresentados em anexo): Histórico da ocorrência de incêndios,

Perigosidade de incêndio florestal e Carta de risco de incêndio florestal), para além da informação respeitante ás ocorrências registadas.

Apresentamos as cartografias tendo por base informação da Autoridade Florestal Nacional (AFN), nomeadamente a Cartografia de Risco de Incêndio Florestal (CRIF) e o Mapa de Perigosidade Florestal.

O Mapa de Perigosidade florestal é elaborado tendo por base “a utilização de variáveis com forte relação espacial...” permitindo “...avaliar a perigosidade...” com base probabilística associada a cenários.”.

A CRIF é um instrumento que nos permite uma identificação das zonas estruturalmente classificadas quanto a risco. A sua elaboração conta com a integração da seguinte informação: Carta de visibilidade de postos de vigia, Carta de tempos de percurso a partir das sedes das corporações de bombeiros, carta de povoações em risco e Carta de prioridades de vigilância.

Relativamente ao histórico de incêndios apresentamos a cartografia com o histórico das ocorrências, informação coligida e também disponibilizada pela AFN.

2. Definição da Política para a Unidade de Gestão

De acordo com o que está enunciado no Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o *Plano de Gestão Florestal* (PGF) para a Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote visa estabelecer normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização deste espaço florestal, promovendo a produção sustentada de bens e serviços por ele fornecidos, através da:

- Melhoria em termos quantitativos e qualitativos dos níveis da produção de cortiça, pelo estabelecimento de um programa de operações que melhore o potencial produtivo dos povoamentos de sobreiro existentes;
- Melhoria da qualidade ambiental e estética da paisagem pela reconstituição de um espaço florestal mais estável, mais diversificado e mais próximo dos sistemas naturais;
- Implementação de medidas que sustenham o declínio do montado de sobro e azinho;
- Execução de práticas que garantam a reconstituição e a valorização do *habitats* natural *6310 - Montados de Quercus spp.* com estatuto de protecção em diplomas nacionais e europeus.

3. Elementos administrativos

3.1. Identificação do proprietário

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE CORTIÇAS FLOCOR, S.A.
Rua da Corticeira nº 34 – Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
NIF - 500412855
N.º BENEFICIÁRIO IFAP - 1270354
N.º INGA - 84634

3.2. Responsável pela elaboração do Plano

João Carlos Lobão Tello da Gama Amaral
Floponor, Florestas e Obras Publicas do Norte, SA
Rio de Mel
6420 – 552 Trancoso
Contacto: 969 526 625, e-mail: geral@floponor.pt / gamaamaral@bosque.pt

3.3. Tipificação do Proprietário

Proprietário Individual ☒
Proprietário em ZIF, não aderente ☐
Unidade de Baldio/comparte ☐
Área Agrupada ☐
Grupos de Baldios ☐
ZIF ☐

3.4. Identificação da propriedade

Este PGF fica localizado no distrito de Évora, concelho de Portel, freguesia de Santana.

Quadro 1 - Elementos referentes à identificação da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Plano de Gestão	Aldeia de cima e Fonte do Pote
Parcelas florestais	a,b,c,d,e
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central
Sub-região homogénea	Serra de Ossa e Portel/Montados de Sado e Viana
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Portel (Em aprovação)

Nome da Propriedade	**Identificação Matricial**		**Localização**		**Superfície**	
	Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Perímetro (m)	Área (ha)
Aldeia de Cima e Fonte do Pote	9	F	Santana	Portel	10077.31	598,575

A certidão de finanças, art.º 9 – Secção F, embora indique como área total 598,575 ha, nesta situação concreta **apenas deverá ser considerada a área de 442,80 ha** (área sobre a qual incide este Plano de Gestão Florestal) A razão de tal solicitação está no facto deste PGF apenas incidir nas áreas da Herdade da Aldeia de Cima e Fonte do Pote e não incidir nas áreas da Herdade dos Machucais**. É pretensão do proprietário criar duas unidades de gestão distintas**, não só pelo facto de estas duas áreas serem fisicamente separadas, permitindo assim uma gestão específica, mas também pela estratégia de gestão assumida. Assim a área da Herdade dos Machucais será dotada de um PGF autónomo, o qual será apresentado no futuro imediato.

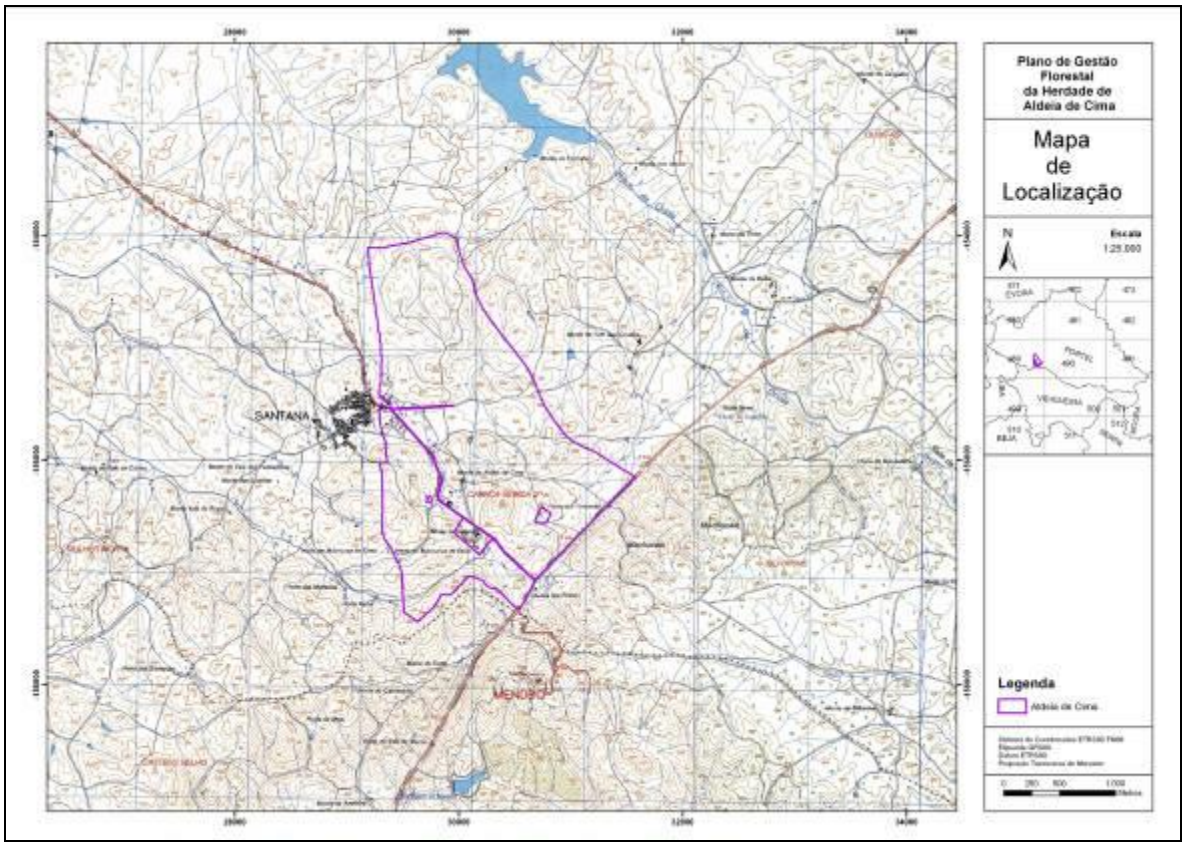

Figura 1 – Mapa de localização da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

3.5. Servidões legais e outras restrições de utilidade pública nas áreas de intervenção

Enquadramento em RAN, REN:

A área não tem condicionalismos de RAN. Os eventuais condicionalismos da REN estão presentes em 95% da área submetida ao Plano de Gestão Florestal.

Enquadramento em risco de incêndio e risco de erosão:

O risco de incêndio está presente em 100% da área. As operações preconizadas também têm como objectivo a minimização dos riscos de incêndio.

Os riscos de erosão serão tidos em conta, já que as operações preconizadas têm em consideração as condições orográficas presentes. Sendo assim pretende-se contrariar os fenómenos erosivos decorrentes do tipo de intervenções tendo em conta os momentos de bem como as tipologias das operações de mecanização.

Linhas de água

As linhas de água, apesar de não estarem exaustivamente identificadas (apenas se identificaram as principais e as que integram espaços ripícolas de relevância) serão devidamente salvaguardadas conforme a legislação vigente. Nessas situações as operações deverão ser normalmente realizadas de uma forma localizada, nomeadamente em faixas, no mínimo numa

área envolvente de 10 metros para cada lado. A faixa envolvente poderá em situações específicas ser alargada até aos 25 metros para cada lado. Nestas situações toda a regeneração natural (arbórea e arbustiva) deverá ser devidamente salvaguardada.

No sentido de reforçar a situação aqui tratada, referimos os seguintes:

O controlo mecânico, com corta-matos de facas, correntes ou martelos, deverá ser realizado em faixas desde que em declives inferiores a 5%;

Nas restantes situações, declives superiores, o controlo deverá ser efectuado de forma motomanual ou manual, em faixas ou localizado;

Em situações de evidente dano com a execução de operações de controlo de vegetação (declives superiores a 35%) deverão ser analisadas pontualmente todas as intervenções que eventualmente se proponham ser executadas.

Quando se trate de propostas de adensamento e ou arborização, as acções de preparação do terreno deverão ser executadas manualmente.

Sítios classificados

Relativamente a condicionantes resultantes da existência de sítios classificados (IPPAR) não foi possível obter a informação necessária e suficiente para identificar de uma forma inequívoca os locais. Os contactos efectuados revelaram-se infrutíferos já que nem a Direcção Regional de Évora nem os Serviços Centrais puderam fornecer a informação solicitada (identificação dos sítios classificados e fornecimento da respectiva localização). A informação transmitida foi a de que a listagem e devidas informação anexas estavam em tratamento final, no entanto ainda não podiam ser disponibilizadas ao público em geral.

Também foi consultada a página da internet na pesquisa do património, no link http://www.ippar.pt/patrimonio/patrim_georeferenciado.html , não tendo sido possível a recolha da informação pretendida.

Sendo assim convirá deixar desde já identificada a intenção inequívoca de salvaguarda dos sítios arqueológicos classificados ou a classificar. A informação que nos foi transmitida aponta para a possibilidade de nos próximos 2 anos termos a informação devidamente disponibilizada, facto que deverá dar origem a uma inclusão no Plano de Gestão Florestal, salvaguardando definitivamente e de uma forma inequívoca os sítios classificados. Deverá ser cumprida a legislação em vigor.

Quadro 2 - Condicionantes da Herdade de Aldeia de cima e Fonte do Pote

			Observações
Infra-estruturas	Redes de Faixas de gestão de combustível (primária e secundária)	PMDFCI (em elaboração)	
	Linhas de alta tensão	3.456 km	
	Marco geodésico	1	
	Áreas sociais	25,62 ha	
	Regime Florestal	0	
	Áreas protegidas	0	
	ZEC/ZPE	0	
	Zonas criticas	-	(ver carta de condicionantes)
	REN/RAN	-	(ver carta de condicionantes)
	ZIF/GB/AA	0	
	Zonas de caça	1	Zona de caça turística do Panasquinho e outras (processo nº 1453)

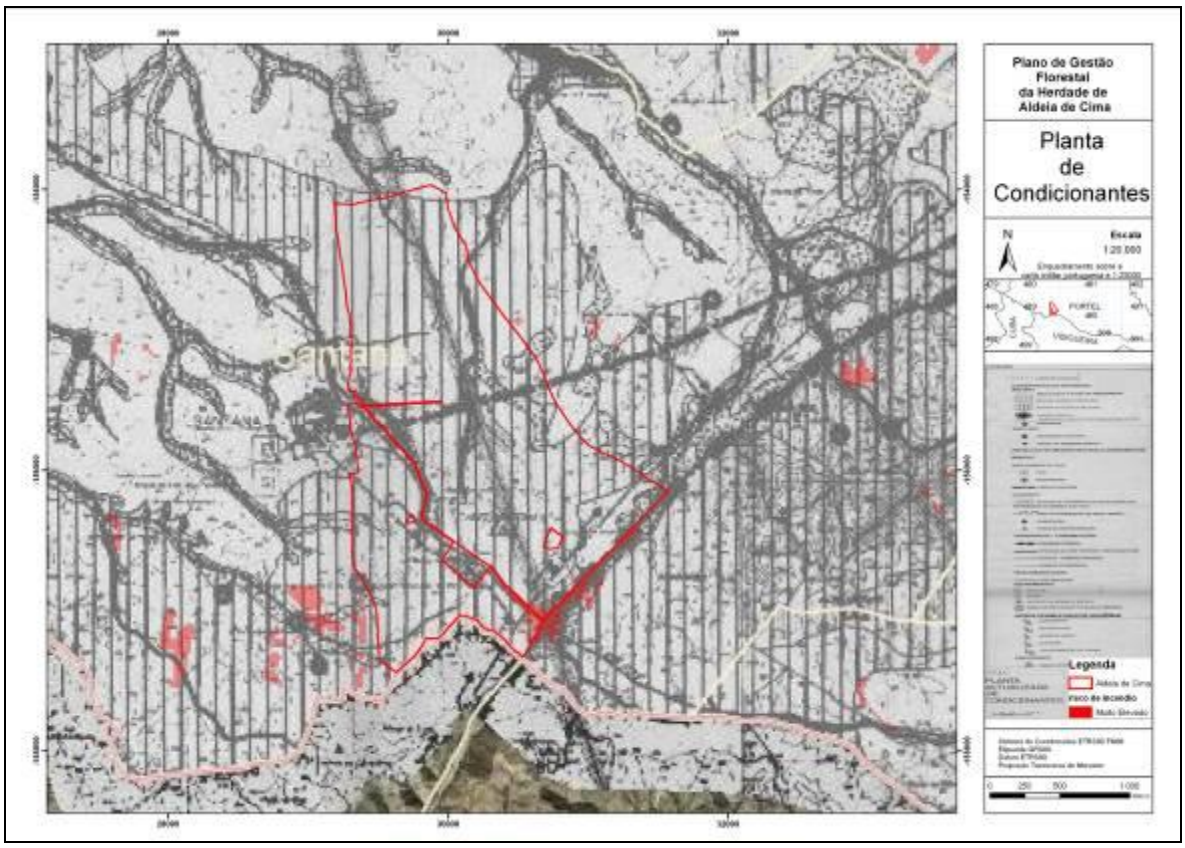

Figura 2 – Planta de condicionantes da Herdade de Aldeia de cima e Fonte do Pote

4. Avaliação dos recursos e evolução histórica do seu aproveitamento

4.1. Descrição das condições ecológicas

4.1.1. Factores Físicos

Segundo a classificação de Köppen o clima nesta região é do tipo Csa, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (Cs), sendo o Verão, segundo Köppen, considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22 ºC (a) em todas as estações meteorológicas da região. Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3ºC.

De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco (C1), com índice hídrico entre 0 e -20.

A análise das precipitações mensais dos postos higrométricos da região indica uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano. A chuva concentra-se no período de Outubro a Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às actividades agrícolas e florestais. Por outro lado, a intensidade de certas chuvadas a seguir ao período seco origina condições favoráveis à erosão do solo (Quadro3, Figuras 4 e 5).

A temperatura média anual ronda os 16 ºC em todas as estações meteorológicas da região em análise (Quadro 3, Figura 3).

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Março (Quadro 3, Figura 6).

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado mas a Unidade de Gestão está implantada numa zona mais acidentada que constitui a Serra do Mendro, cuja altitude máxima alcança os 407 m (Quadro 3, Figura 7, 8 e 11).

Este acidente geográfico proporciona a existência de declives moderados a elevados (Figura 7).

Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição predominante (Figura 8).

Os solos de toda a região são fundamentalmente Luvissolos (Quadro 3, Figura 9)

Quadro 3 – Caracterização ecológica e fisiográfica da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Clima	Temperatura média anual (ºC)	16-17,5
	Precipitação média anual (mm)	800
	Nº dias com precipitação	50-75
	Humidade do ar (%)	70-80
Relevo	Declive (%)	<10
	Altimetria (m)	200-400
	Exposição	Não existe exposição dominante
Solos	pH	5,6-6,5
	Tipo	Luvissolos férricos

Fonte: Atlas do ambiente (1974) (valores médios para o período de 1931-1960)

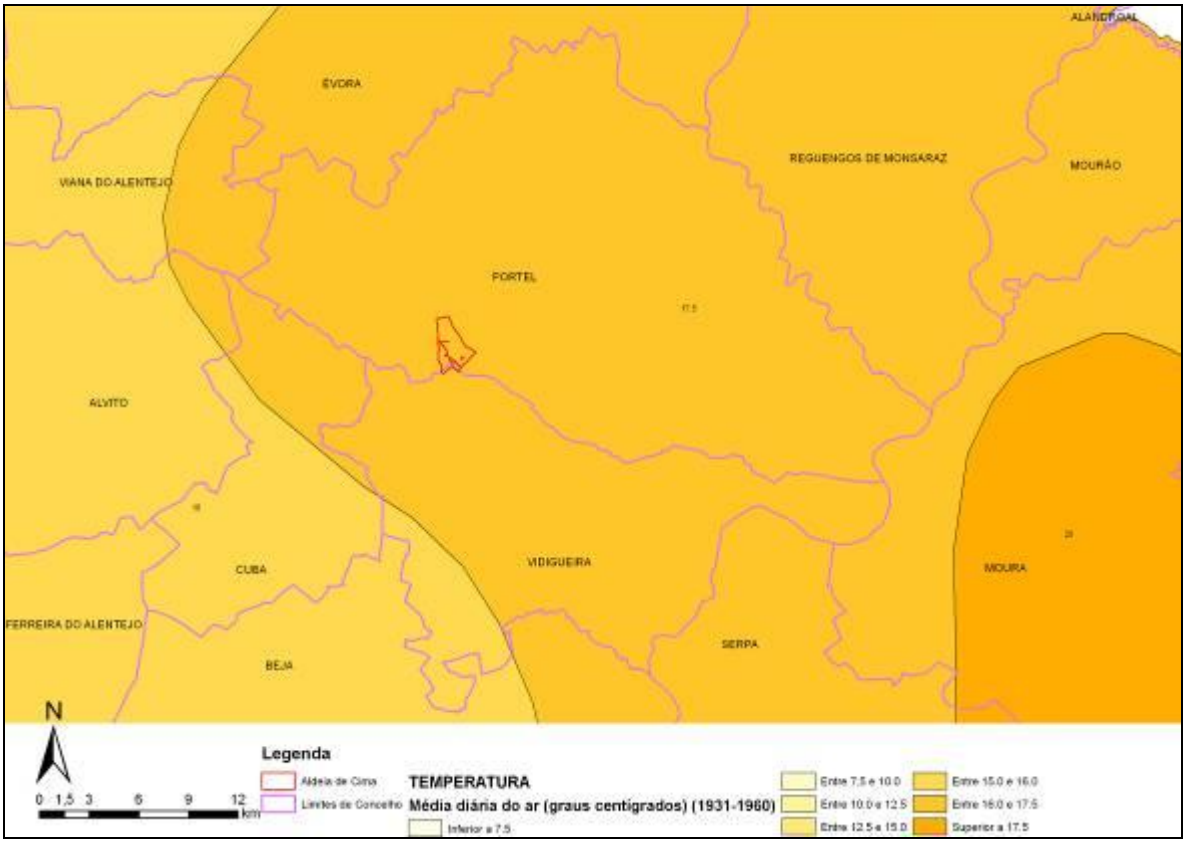

Figura 3 – Valores médios diários da temperatura (ºC) (Atlas do Ambiente, 1974)

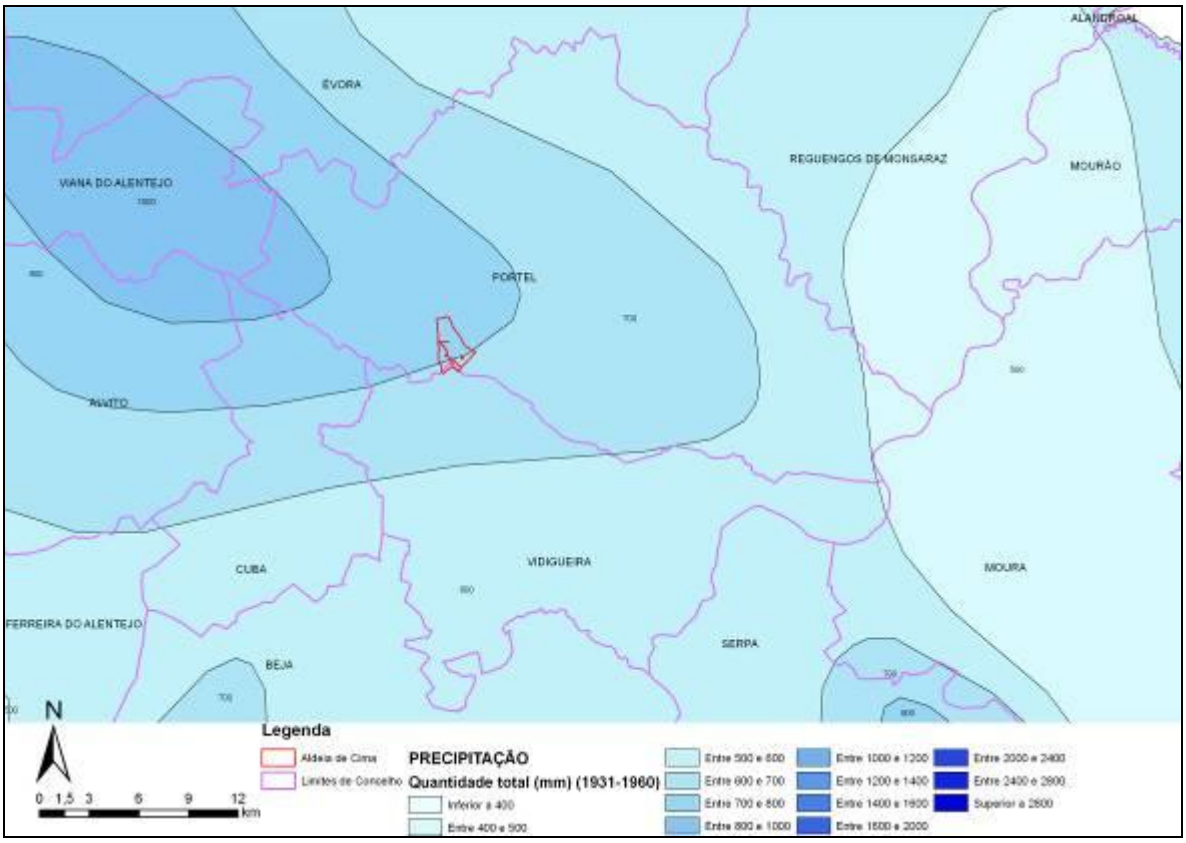

Figura 4 – Valores médios anuais de precipitação (mm) (Atlas do Ambiente, 1974)

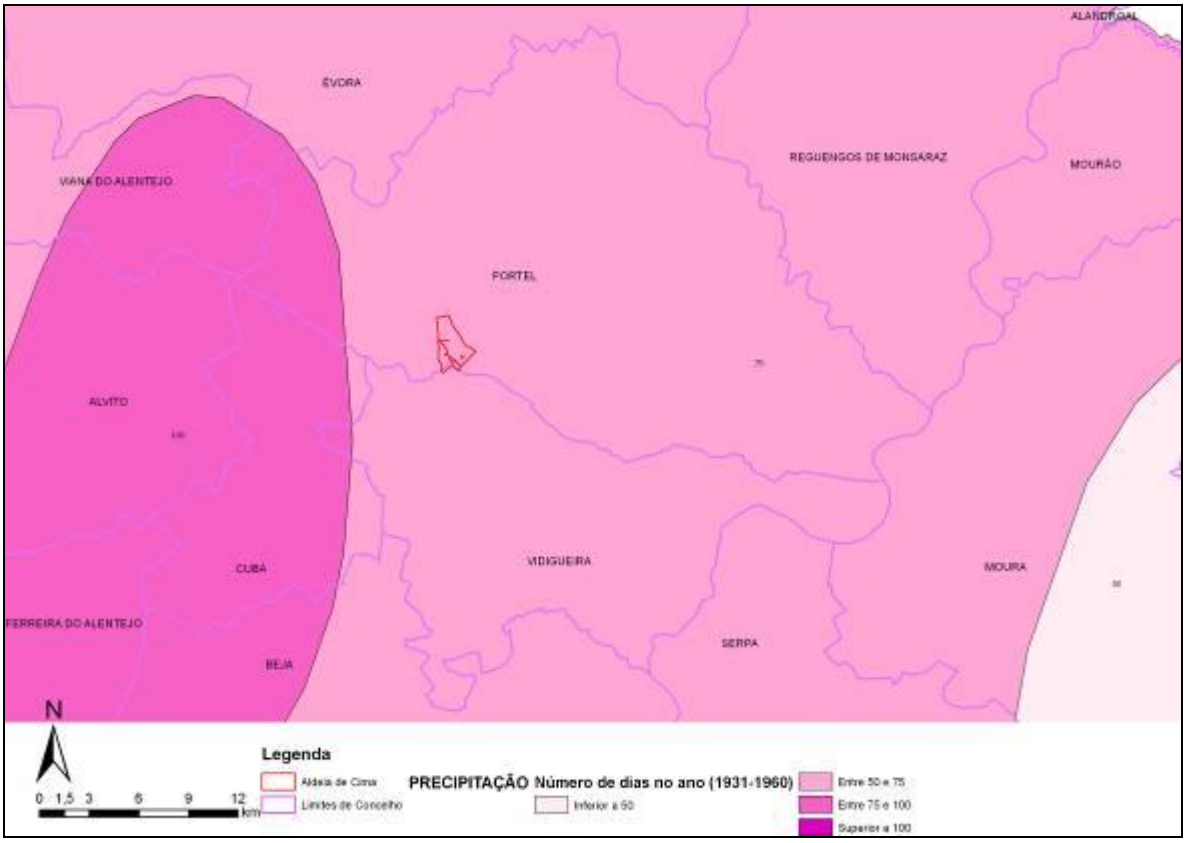

Figura 5 – Valores médios do nº de dias com precipitação (Atlas do Ambiente, 1974)

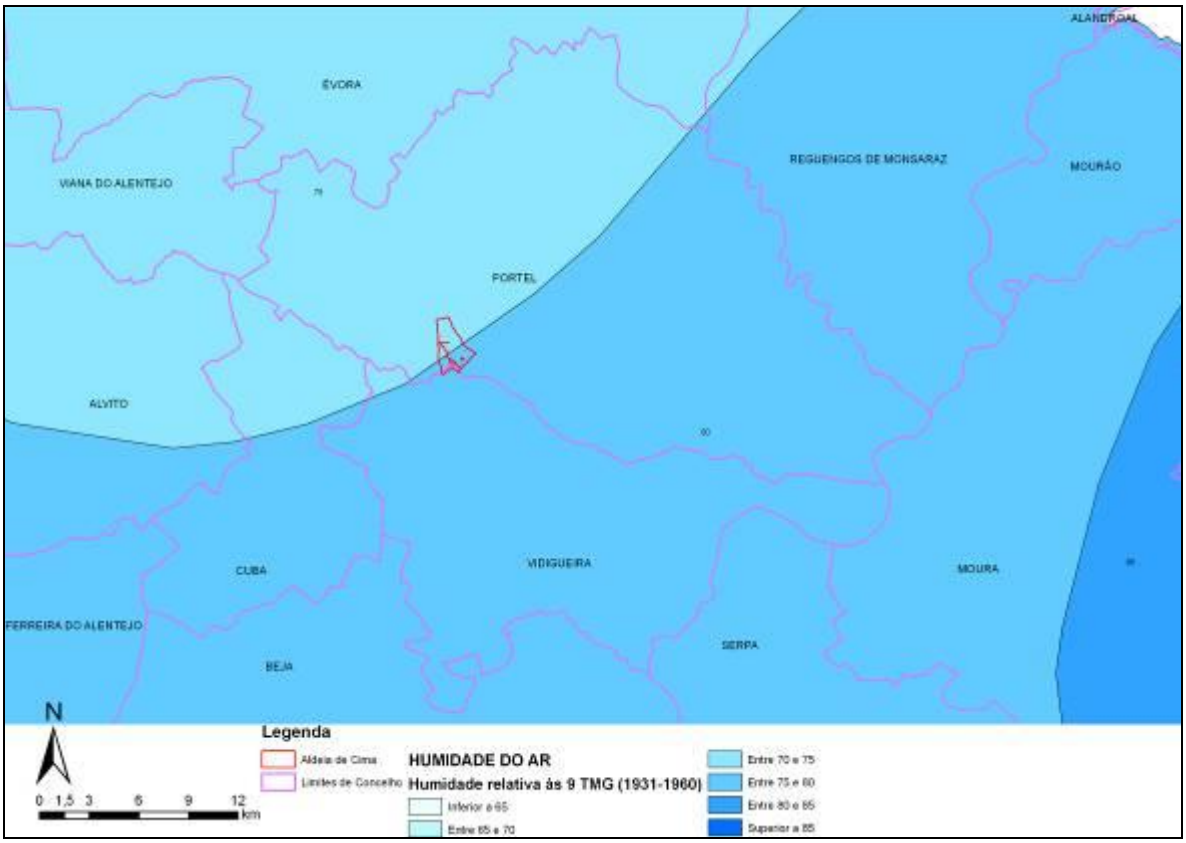

Figura 6 – Valores médios da humidade do ar (%) (Atlas do Ambiente, 1974)

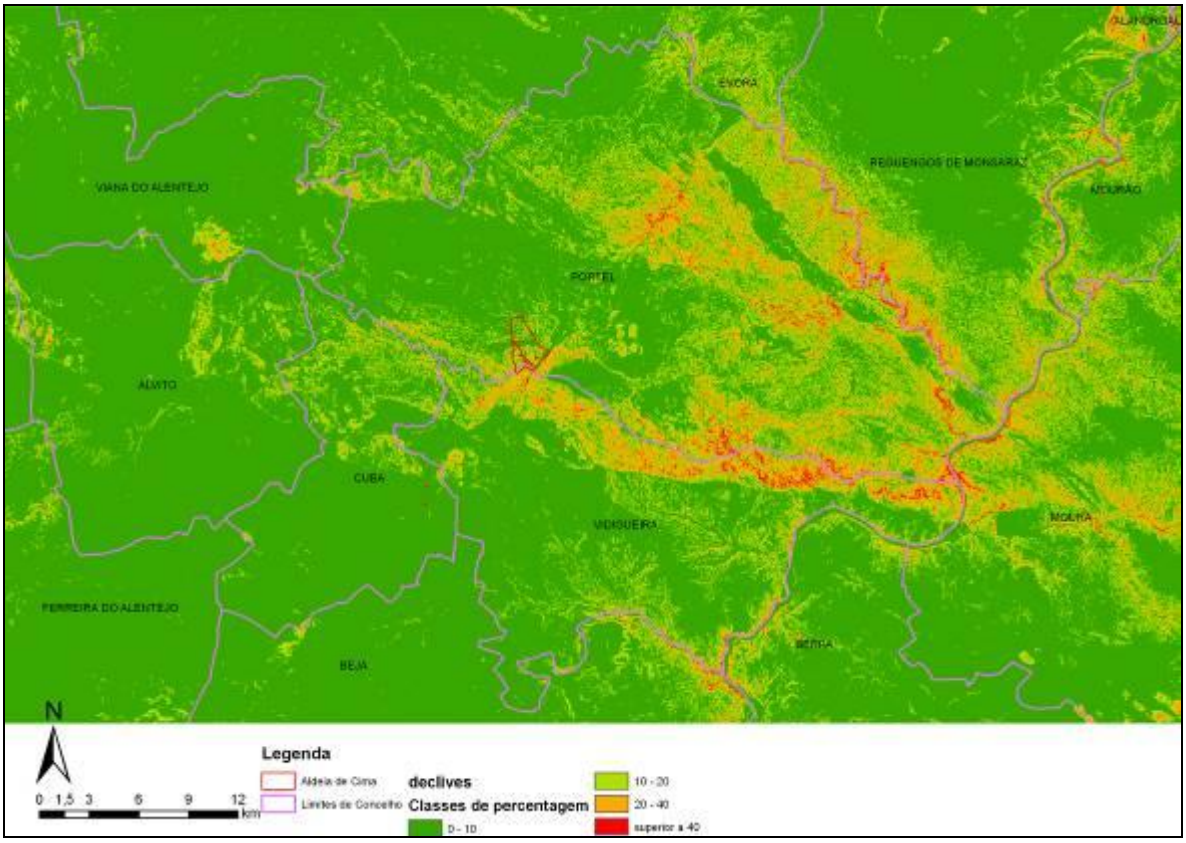

Figura 7 – Carta de declives (%)

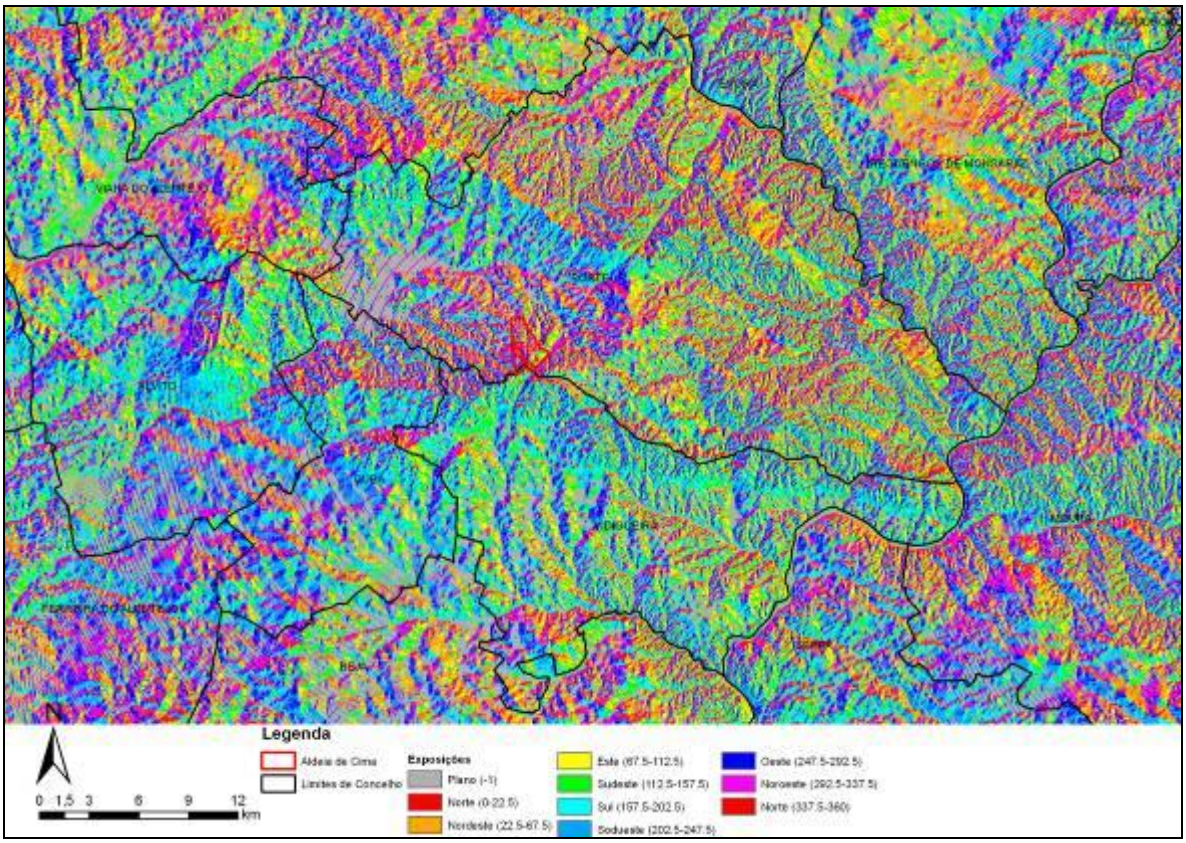

Figura 8 – Carta de exposições

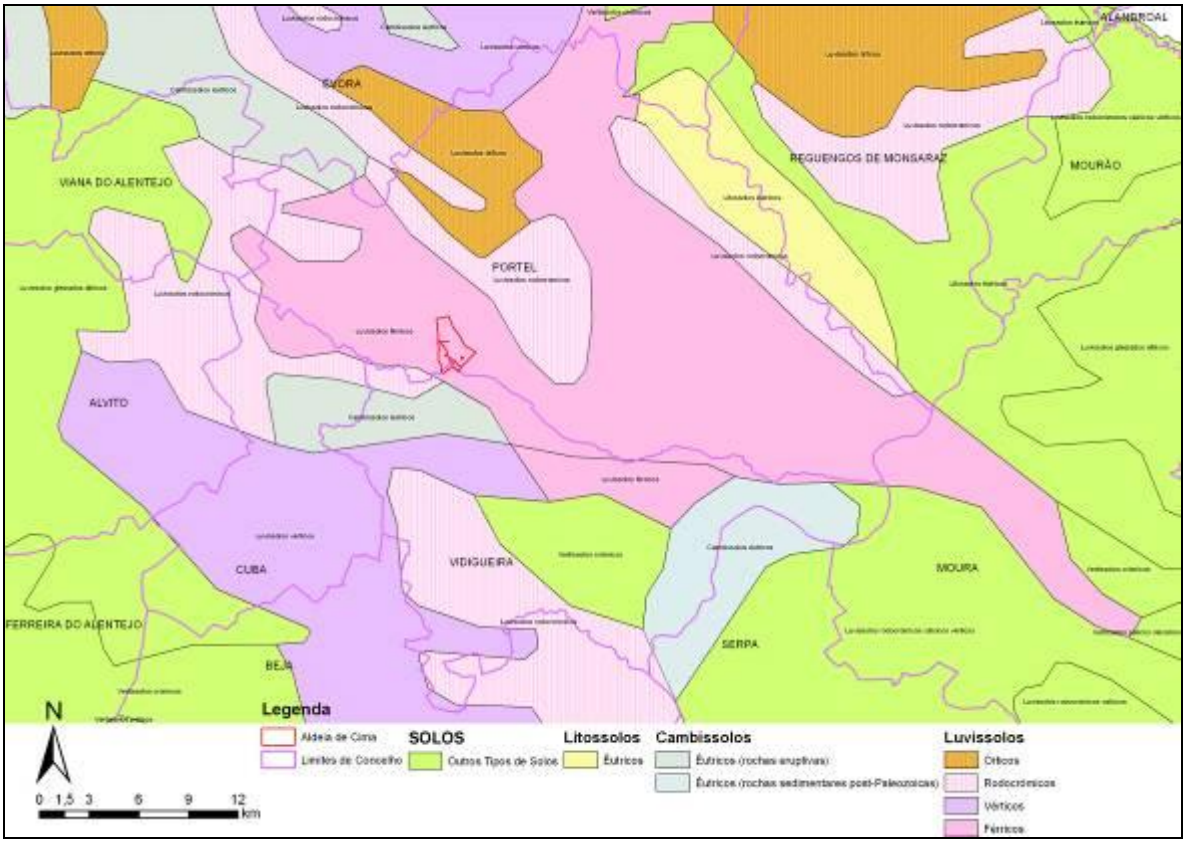

Figura 9 – Carta de solos

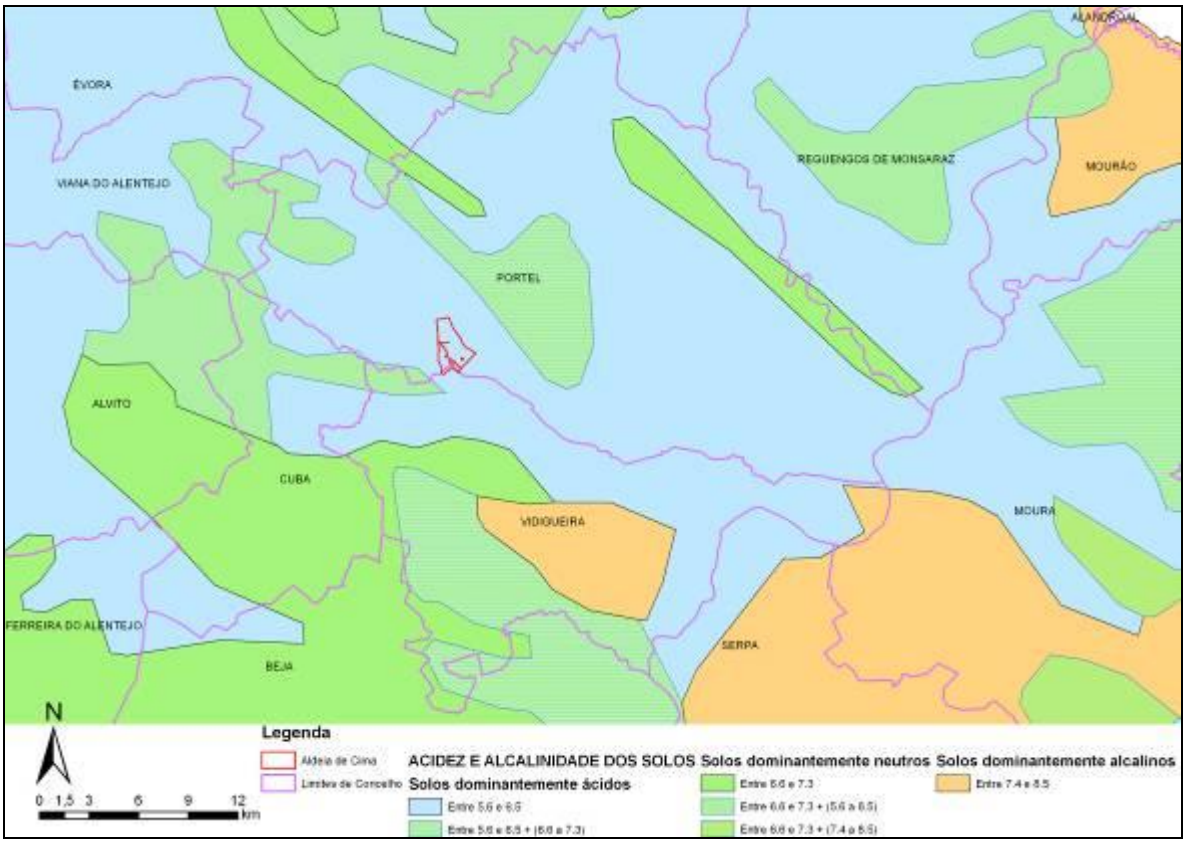

Figura 10 – Carta de pH (Atlas do Ambiente, 1979)

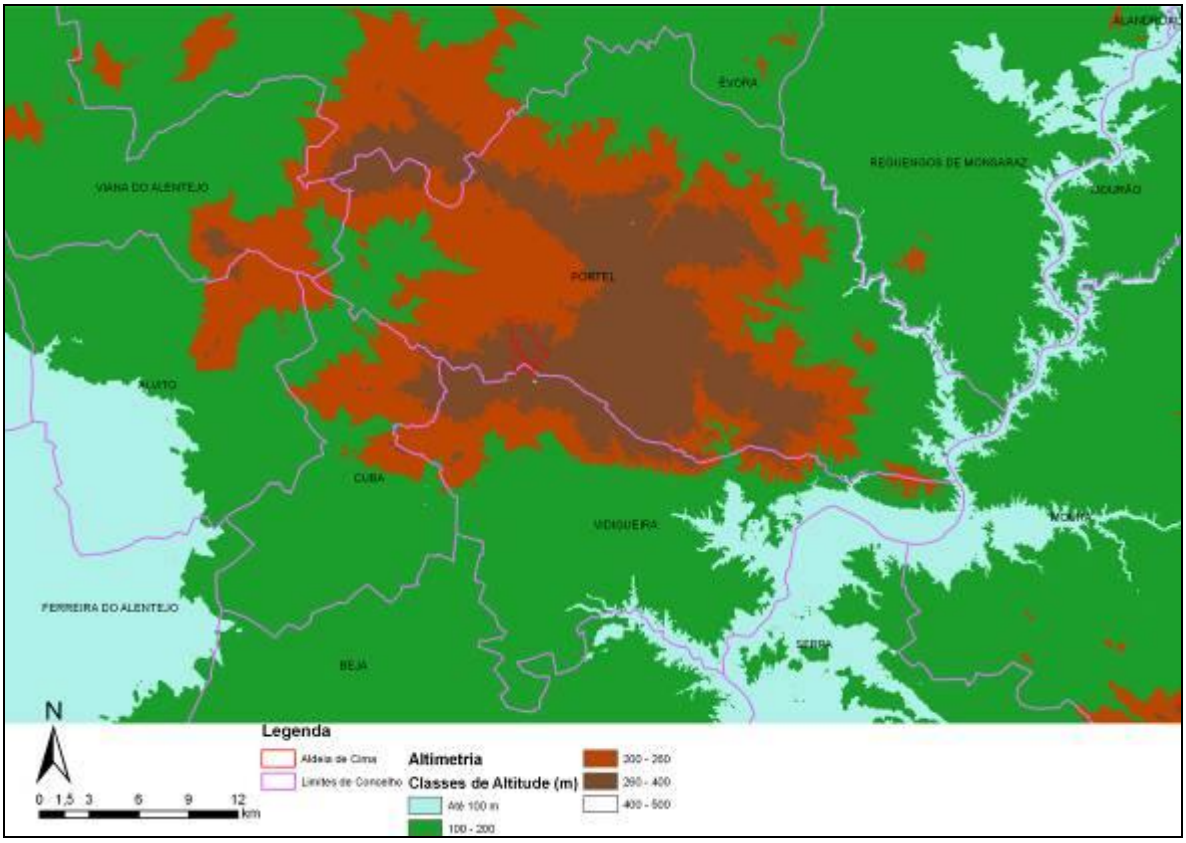

Figura 11 – Carta hipsométrica

4.1.2. Séries de vegetação presentes e habitats naturais relevantes

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Eurosiberiana / Sub-região Atlântica-Medioeuropeia / Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo-Alentejano. O esteval-urzal *Erico australis-Cistetum populifolii,* o urzal *freatófito Cisto psilosepali-Ericetum lusitanicae,* e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi* são associações que se distribuem por todo o Subsector. É um território plano com um ombroclima sub-húmido a seco e situa-se maioritariamente no andar termomediterrânico podendo atingir, em alguns locais, o andar mesomediterrânico. Caracterizam esta unidade os montados que resultam do *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae* e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi.* Contudo, em alguns locais reconhecem-se o azinhal termófilo *Myrto-Quercetum rotundifoliae,* os matagais espinhosos *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis* e zambujal-lentíscal *Oleo-Pistacietum lentisci sensu auct.,* o esteval *Phlomido purpureo-Cistetum albidi* e o escoval *Genístetum polyanthi.* Os montados de sobro *(Myrto-Quercetum suberis e Sanguisorbo-Quercetum subcris)* ocorrem esporadicamente em algumas situações climaticamente mais favoráveis. Os prados (malhadas) do *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* e do *Poo bulbosae-Astragaletum sesamei* também ocorrem esporadicamente.

4.2. Ocupação do solo

As áreas parcelares encontram-se identificadas na cartografia anexa (em formato legível e manuseável).

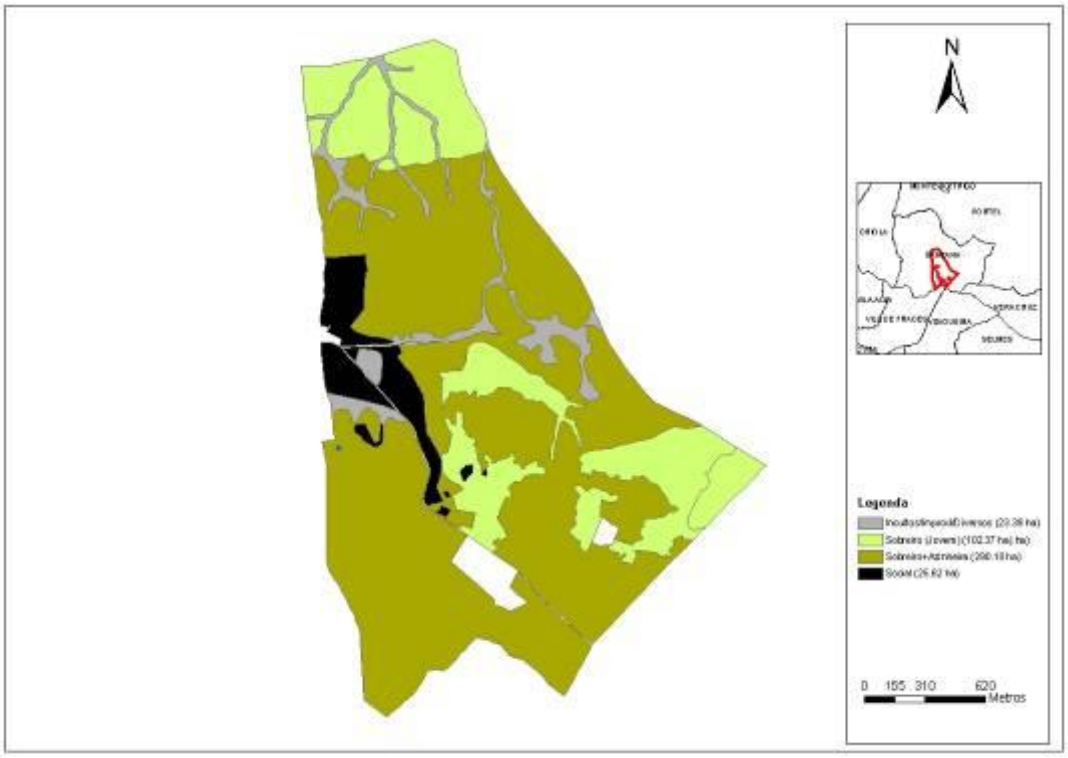

Figura 12 – Carta de ocupação do solo para a Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

4.3. Compartimentação da propriedade para efeitos de gestão

Tendo em vista o facilitar da organização das operações, quando em presença de áreas mais compactas e de limites perfeitamente conhecidos, procedeu-se à criação de parcelas.

O termo parcela designa uma unidade de tratamento, sendo definida como a subdivisão da Unidade de Gestão de natureza temporária, diferenciada por descrição espacial e tratamento, assinalada neste PGF por letras pequenas.

Na Figura 13 estão identificadas as áreas parcelares permitindo visualizar a proposta de compartimentação que se pretende implementar. A carta de Infra-estruturas (apresentada em anexo em formato legível e manuseável) transmite a noção de divisão, suportada pela rede viária, que servirá de apoio à concretização da gestão nas áreas individualizadas.

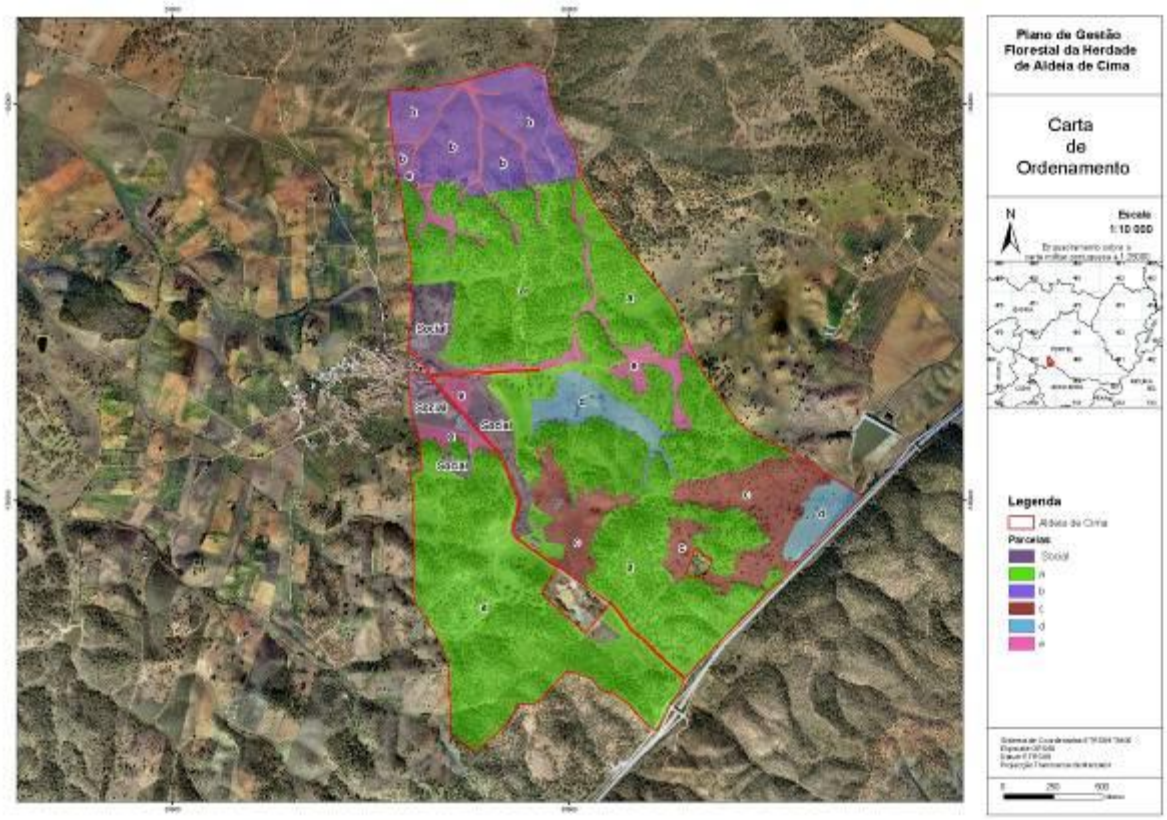

Figura 13 – Unidades de tratamento da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Parcelas (ha)				
a	**b**	**c**	**d**	**e**
290,1	42,14	40,97	19,26	23,39

No anexo 10.2 é apresentada a caracterização do coberto florestal e dos recursos associados por parcela de intervenção, assim como os projectos executados ao abrigo de anteriores apoios ao investimento, assim como as operações associadas.

4.4. Análise dos povoamentos florestais e das suas potencialidades

4.4.1. Descrição dos povoamentos - Avaliação quantitativa e qualitativa

A avaliação quantitativa dos povoamentos foi efectuada através da realização de um inventário florestal. Recorrendo a uma amostragem sistemática, foram criadas parcelas circulares de 1000 m^2 distribuídas por uma malha de 580 x 580 m. No total foram amostradas para este PGF 12 parcelas (Figura 14).

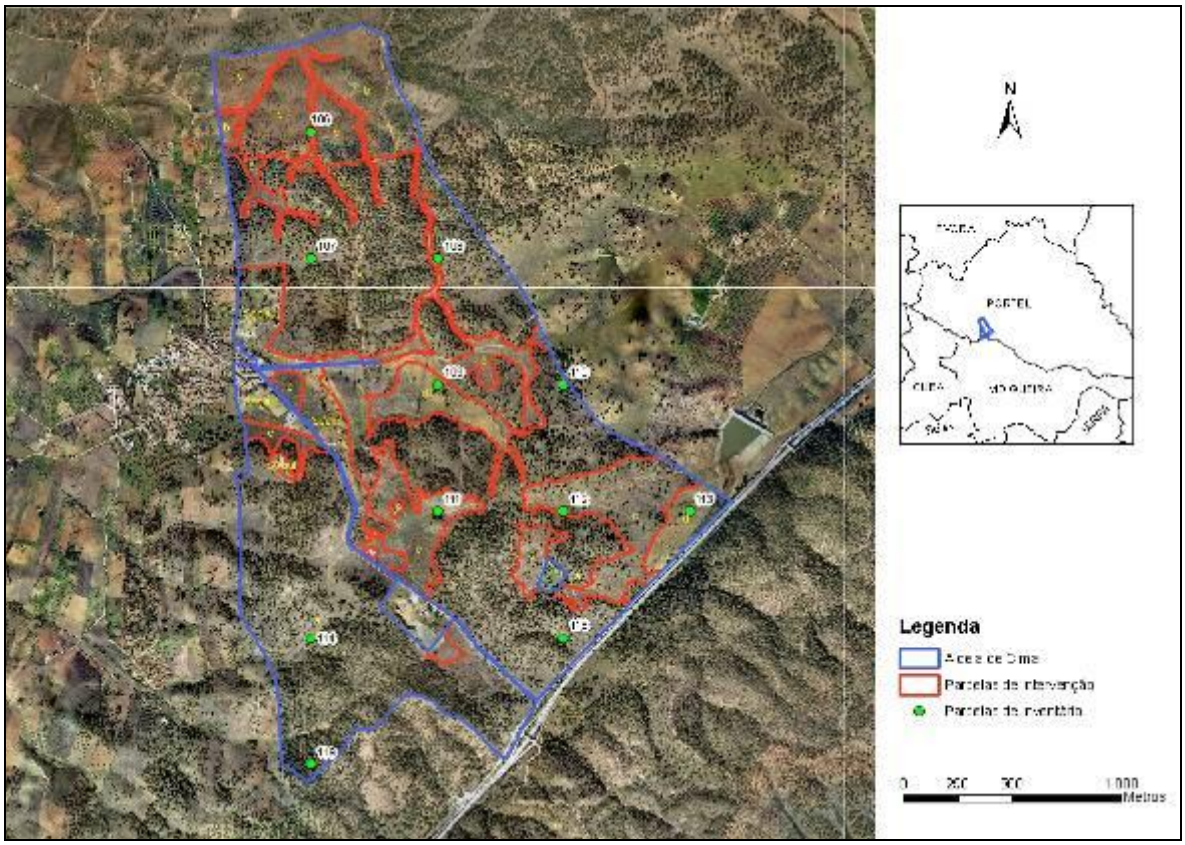

Figura 14 – Distribuição das unidades de tratamento e pontos de amostragem na Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Quadro 4 - Dados referentes às parcelas de amostragem instaladas na Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Nº Parcela	Ocupação	Fogo	Mato	N (arv/ha)	G (m2/ha)	hg (m)	PAP (cm)	DAP (cm)	Classe de idade	Arv Mortas (%)	Composição	Estrato	Situação Fisiográfica	Sinais de Erosão	Pedregosidade	Preparação do terreno	Estado Sanitário	Pragas-Doenças	Espécie Dominante (origem)	Espécie Dominante (Estrutura)	Regeneração Natural (espécie)	Regeneração Natural (nº)	Controlo de Vegetação	Espécie 1 (Matos)	Espécie 2 (Matos)
107	Sobreiro com Azinheira	0	1	60	4,51	6,9	99	32	+ de 60	0	misto	az sb	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb_az	1	pastagem natural		
108	Azinheira	0	1	20	5,78	10,2	215	68	+ de 60	0	misto	sb az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb_az	3	matos - sem controlo	gramíneas	esteva
109	Sobreiro com Azinheira	0	1	40	2,35	6,9	91	29	+ de 60	0	misto	az az	vale	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb_az	3	matos - sem controlo	esteva	rosmaninho
110	Azinheira	0	1	0	0,00	0,0	0	0		0												0			
111	Sobreiro com Azinheira	0	0	280	8,08	6,8	57	18	+ de 60	11	misto	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb_az	12	matos - sem controlo	rosmaninho	
112	Azinheira com Sobreiro	0	1	140	2,52	6,6	42	13	+ de 60	0	misto	sb az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	az_sb	25	pastagem natural	sargaço	
114	Sobreiro	0	1	200	13,07	7,0	96	31	+ de 60	0	puro	sb sb	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb	30	matos - sem controlo	esteva	
115	Azinheira com Sobreiro	0	1	90	4,14	6,7	72	23	+ de 60	0	misto	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	az_sb	5	pastagem natural		
119	Sobreiro	0	1	230	11,68	6,0	81	26	+ de 60	0	puro	sb sb	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	sb	6	matos - sem controlo	esteva	sargaço

4.5. Descrição dos recursos associados à floresta

As áreas florestais podem, na maior parte dos casos traduzir um espectro alargado de bens e serviços, para além do produto principal. Embora muitos desses bens e serviços não possuam mercado (ou o possuam de forma não estruturada ou ineficiente), outros há onde o mercado esta devidamente estabelecido e organizado. Nesse caso a diversificação da produção é desejável pois traduz-se numa mais valia das áreas florestais, reduzindo a dependência face a flutuações dos mercados associados ao produto principal, e aumentado significativamente o total de receitas da exploração. No caso do montado de sobro é explorado num sistema que se designa por uso múltiplo, de complexidade variável. À utilização suberícola e cerealífera junta-se a criação de gado, a exploração cinegética, a exploração fúngica, a exploração apícola, a utilização dos matos e plantas aromáticas e o fomento de um conjunto de actividades, como a observação de aves, os passeios equestres, ligadas ao turismo em espaços rurais. Desta forma, para alem da exploração cinegética que vem sendo efectuada devem ser considerada a hipótese de exploração de outros recursos.

4.6. Evolução histórica do aproveitamento da unidade de gestão

A evolução histórica do aproveitamento poderá ser sintetizada da seguinte forma:

Essencialmente a exploração de cortiça é a actividade primordial. Todo o esforço de gestão que tem sido desenvolvido ao longo das últimas décadas, tem sido direccionado para a valorização do sistema agro-silvopastoril (nos respectivos montados), privilegiando a função de produção, nomeadamente a produção de cortiça associada a uma efectiva protecção e recuperação dos solos, sem esquecer o ordenamento florestal para a conservação da fauna.

Sobre a exploração da cortiça poderemos identificar uma estabilização das tiradas, com pequenas variações, prevendo-se no futuro o aumento das quantidades perante os investimentos preconizados, não só de incremento da área de montado de sobro como também do alargamento das acções de gestão activa, nomeadamente a incorporação de fertilizantes e instalação de tremocilha.

HERDADES	Arrobas Extraídas	Arrobas Vendidas
1993		
ALDEIA DE CIMA	7 405	7 403
ALDEIA DE CIMA/MACHUCAIS	6 990	6 988
ALFAIATES/ALDEIA DE CIMA	5 610	5 609
ALDEIA CIMA/AZEITEIRA	9 074	8 421
TOTAL	29 079	28 421

1996		
ALDEIA DE CIMA	3 754	3 725
TOTAL	3 754	3 725
2002		
ALDEIA DE CIMA	8 990	8 990
TOTAL	8 990	8 990

A instalação de culturas anuais, mas de regeneração, tem tido uma importância acrescida nos resultados constatáveis da gestão praticada. Apesar de estarmos inseridos em zonas de alguma problemática fitossanitária, a manutenção das áreas de montado em produção, assim como a criação de cortiça de maior qualidade e evidente mais valia, é um facto de evidente visibilidade.

No âmbito do ordenamento florestal para a conservação da fauna a propriedade encontra-se, conforme já identificado, numa exploração cinegética com plano de aproveitamento turístico. A importância de valorização dos recursos complementares do sistema silvícola tem sido uma das formas de aproveitamento e intrínseca assumpção de mais valias geradas. Em anexo são apresentados os dados relativos ao historial de aproveitamento e gestão da ZCT.

4.7. Descrição das infra-estruturas

Quadro 5 - Caracterização das Infra-estruturas

Rede Viária – Largura média 3-5 m	
	Extensão
Transitável	14,81 km
Transitável em parte	-
Não transitável	-
TOTAL	14.81 km
Densidade	Suficiente
Rede Divisional – Largura média 5-10 m	
	Extensão
Bom	10,82 km
Razoável	0
Má	0

Pontos de Água				
	Número	Estado de conservação	Tipo de acessibilidade	Capacidade (m^3)
Furo	0	-	-	-
Charca	1	Razoável	Terrestre	250-750
Açude	0	-	-	-
Outro	0	-	-	-

5. Definição de Objectivos

5.1. Zonamento segundo a Função Dominante

Para a Unidade de Gestão da Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro ou mistos de sobreiro, foi definida como 1.ªfunção a *Produção de Cortiça*. Da mesma forma, pela importância económica da actividade cinegética e, com menor expressão, da actividade silvopastoril, foi definida como 2.ª função a *Silvopastorícia e a Caça*. Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobro e azinho determinou que fosse estabelecida a Conservação de habitats como 3.ª função dominante para este espaço.

Salienta-se, no entanto que todas as áreas florestais desempenham simultaneamente várias funções que, em diferentes gradações, podem coexistir mais em sobreposição ou mais em segregação.

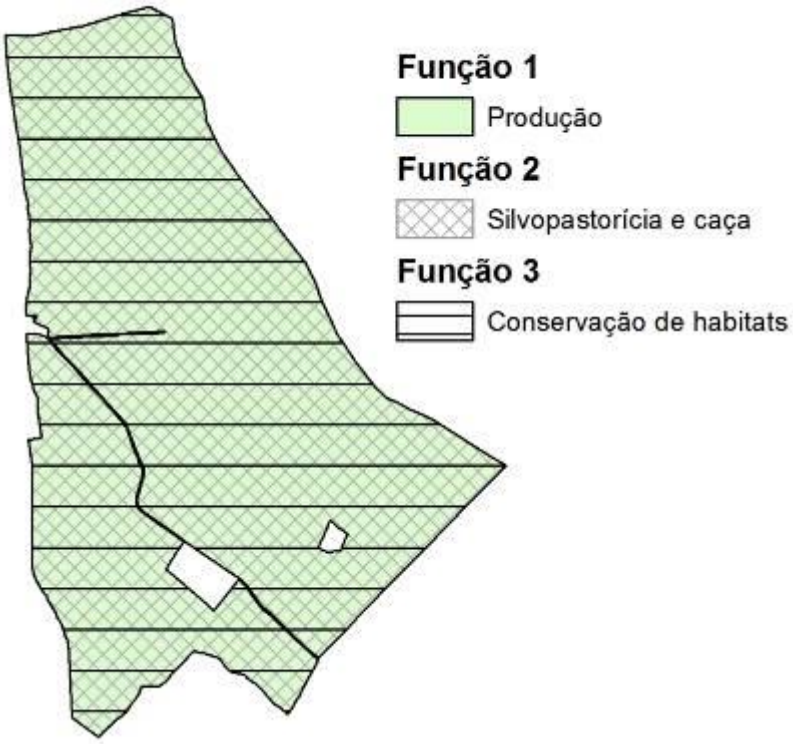

Figura 15 – Zonamento segundo a função dominante na Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

5.2. Classificação dos objectivos segundo as prioridades atribuídas

5.2.1. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de produção

Sub-função	Objectivos da gestão e intervenções florestais
Produção de cortiça	Condução do montado
	Manutenção da sanidade vegetal

Condução do montado

a) Normas de intervenção activa

- O descortiçamento deve ser sempre executado por operadores com formação adequada e, quanto possível, especializada, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extracções futuras.
- O descortiçamento deve efectuar-se durante o período de actividade do câmbio subero-felodérmico da árvore, que geralmente ocorre entre os meses de Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climatéricas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros factores ecológicos com reflexos na actividade fisiológica das árvores.
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspectiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça, não na perspectiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento

b) Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extracção da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extracção a meças proibida a partir de 2030.
- A actividade extractiva deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extracção, se detecte a presença de câmbio subero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extracção pode efectuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio.

- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio.
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afectem as raízes das árvores ou a regeneração natural.
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes.
- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afectar as raízes nem a regeneração natural.

Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbívoros, é recomendável proteger a regeneração nos primeiros tempos de vida, dado a tendência actual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas seleccionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de recear danos nas árvores provocados pelas espécies cinegéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efectivos populacionais das espécies cinegéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção activa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de protecção abaixo mencionados:

A) Métodos de protecção natural:
B) Métodos de protecção individual das plantas:
C) Métodos de protecção total das parcelas

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efectuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias.

- No caso de serem indispensáveis desmatações, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações selectivas da vegetação sob coberto.
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido.
- Desinfectar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

5.2.2. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça

A caça, como todas as actividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A protecção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público.

Sub-função	**Objectivos da gestão e intervenções florestais**
Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de protecção
	Fornecimento de alimento
	Manutenção da sanidade animal

Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de protecção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e protecção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os

pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são factores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo, com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes.
- Controlar os cães e gatos assilvestrados.
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado.
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens.
- Sempre que seja detectado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada.
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar.
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

5.2.3. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de conservação de habitats

O conceito de conservação tem acompanhado a integração do conceito de sustentabilidade ecológica na gestão dos espaços florestais, o que tem determinado que se aceitem e estabeleçam formas de gestão compatíveis com a manutenção dos valores naturais. Em alguns locais, trata-se inclusive de gerir os espaços florestais de forma a incrementar os valores naturais que estão na origem da sua classificação e que poderão encontrar-se em níveis que colocam em perigo a sua "manutenção num estado favorável de conservação".

Sub-funções	Objectivos da gestão e intervenções florestais
Conservação de Habitats classificados	Fomento e manutenção de habitats de grande valor natural

Os objectivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvaguardar e conduzir activamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural.
- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade.
- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas.
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora.
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal.
- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os objectivos do ordenamento.
-

6. Modelos de silvicultura

De acordo com o Plano de Ordenamento Florestal e tendo em conta a ocupação do solo (em anexo) é possível enquadrar a gestão dos povoamentos identificados nos seguintes modelos de silvicultura:

Quadro 6 – Modelos de silvicultura.

Povoamento	Modelo de silvicultura a considerar (PROF)	Composição do povoamento e objectivo
Sobreiro	Sb1	Instalação de um povoamento puro de Sb para produção de cortiça
	Sb4	Povoamento de Sb para produção de cortiça
Azinheira + Sobreiro	Az3 (Sb)	Instalação de um Povoamento misto temporário de Az para produção de fruto
Azinheira	Az4	Povoamento de Az para produção de fruto

7. Plano de extracção de cortiça

Quadro 7 – Previsão das extracções de cortiça (arrobas) - 2008-2027

2008	*0.00*
2009	*0.00*
2010	*0.00*
2011	*0.00*
2012	*7 722.00*
2013	*0.00*
2014	*0.00*
2015	*0.00*
2016	*5 133.00*
2017	*0.00*
2018	*0.00*
2019	*0.00*
2020	*0.00*
2021	*0.00*
2022	*8.000.00*
2023	*0.00*
2024	*0.00*
2025	*0.00*
2016	*5.300.00*

De referir que a extracção é efectuada em pau batido.

8. Plano de acções de beneficiação

8.1. Acções de silvicultura

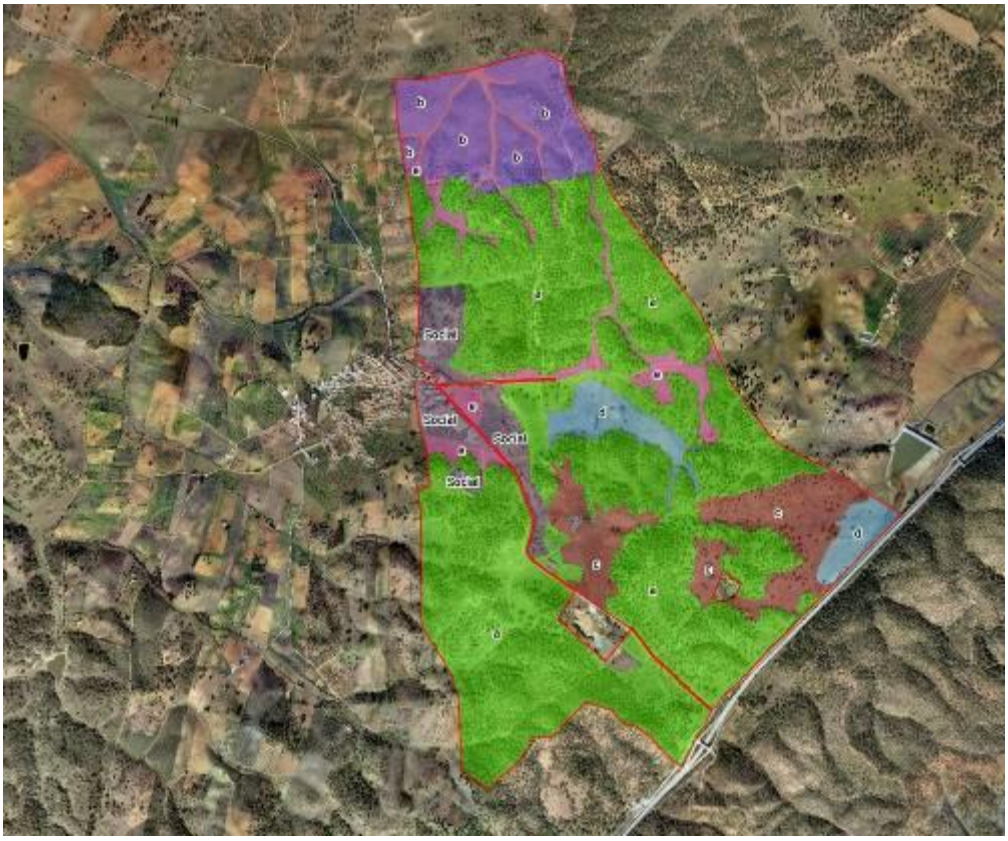

Figura 16 – Áreas de intervenção 2008-2027

Quadro 8 – Áreas das parcelas a intervir na Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote

Parcelas (ha)				
a	**b**	**c**	**d**	**e**
290,1	42,14	40,97	19,26	23,39

No Quadro 9 apresentamos a totalidade das operações previstas para os quatro quinquénios, no cumprimento do artº 7 do Decreto-Lei nº205/99 de 9 de Junho.

De referir que as operações são devidamente discriminadas, assim como as áreas de intervenção, para alem das parcelas. Conforme identificado na introdução do Plano de Gestão Florestal, pretendemos que período a período seja efectuado uma monitorização das acções concretizadas, assim como efectuar uma revisão das acções propostas. Pretende-se incutir uma dinâmica de gestão, devidamente suportada pelo Plano de Gestão Florestal.

No sentido de ter uma noção do histórico em termos de investimento, assim como uma caracterização do coberto florestal e dos recursos associados, tendo como objectivo o

proporcionar a maior informação possível sobre as parcelas identificadas para intervenção futura, em anexo é apresentada uma informação exaustiva.

Quadro 9 - Planificação das intervenções a executar durante os quatro quinquénios.

	Ano	Operações	Área Total (ha)	Parcelas
1º Quinquénio	2008	1ª poda de formação (fuste)	42,14	b
	2008	Poda de formação (copa)	290,1	a
	2009	Gradagem em faixas	60,23	c,d
	2009	Retirar protectores	40,97	c
	2009	Sacha	40,97	c
	2009	Cálcario	60,23	c,d
	2009	Colocação de tutores	40,97	c
	2009	Fertilizantes	60,23	c,d
	2009	Gradagem continua	332,24	a,b
	2009	Fertilizantes	332,24	a,b
	2009	Instalação de tremocilha	332,24	a,b
	2009	Calcário	332,24	a,b
	2009	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	332,24	a,b
	2009	1ª poda de formação (fuste)	60,23	c,d
	2009	Podas de manutenção (na ára de extracção de 2012 e 2016)	290,1	a
	2009	Proposta de realização de um Plano Específico de Interevenção Florestal	415,86	a,b,c,d,e
	2009	Integração em PGF das medidas inscritas em PMDFCI	415,86	a,b,c,d,e
	2009	Renovação da ZCT Panasquinho, Azeiteira e Outras (Processo nº 1453)		
	2010	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2010	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2010	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
	2012	Extracção de cortiça (pau batido)	290,1	a
2º Quinquénio	2013	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2013	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2013	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
	2013	Gradagem em faixas	83,62	c,d,e
	2013	Gradagem continua	332,24	a,b
	2013	Instalação de tremocilha	332,24	a,b
	2013	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	290,1	a
	2013	Fertilizantes	415,86	a,b,c,d,e
	2016	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2016	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2016	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
	2016	Gradagem em faixas	83,62	c,d,e
	2016	Extracção de cortiça (pau batido)	290,1	a
	2017	Recolha de informação para monitorização dos efeitos da gestão		
	2017	Análise das necessidades de controlo de matos na exploração		
	2017	Análise qualitativa e quantitativa das intervenções preconizadas		
	2017	Análise das necessidades futuras em gestão nos		

		povoamentos		
	2017	Revisão e definição das intervenções do próximo quinquénio		
3º Quinquénio	2018	Poda de formação (copa)	290,1	a
	2019	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2019	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2019	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
	2019	2ª poda de formação (fuste)	102,37	b,c,d
	2022	Extracção de cortiça (pau batido)	290,1	a
	2022	Desbóia	102,37	b,c,d
	2022	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2022	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2022	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
4º Quinquénio	2025	Podas de manutenção (na área de extracção de 2022)	290,1	a
	2025	1ª poda de formação (copa)	102,37	b,c,d
	2025	3ª poda de formação (fuste)	102,37	b,c,d
	2025	Renovação da ZCT Panasquinho, Azeiteira e Outras (Processo nº 1453)		
	2025	Extracção de cortiça (pau batido)	290,1	a
	2026	Operações mínimas de silvicultura (DFCI)		a,b,c,d,e
	2026	Acções de apoio á gestão da ZCT		a,b,c,d,e
	2026	Intervenção localizada em linhas de água		a,b,c,d,e
	2027	Gradagem continua	415,86	a,b,c,d,e

No ano de 2008 foram realizadas as operações de 1ª poda de formação (fuste) na parcela b) numa área de 42,14 ha, assim como foram realizadas as operações de poda de formação (copa) na parcela a) numa área 290,1 ha. As operações foram realizadas tendo em conta os pressupostos técnicos respectivos.

A poda de formação nos jovens sobreiros foi executada com recurso a ferramentas manuais e pequenas motoserras. Na parcela a) foram realizadas podas de formação (fuste e copa) em jovens sobreiros, com recurso a ferramentas manuais e pequenas motoserras.

Em termos de identificação e caracterização das operações que, para alem das previstas, poderão vir a ser executadas ao longo do período contemplado, teremos as seguintes:

Descrição de operações passíveis de execução

Gradagem contínua	Esta operação tem por objectivo o corte e enterramento dos matos existentes, com recurso a uma grade de discos de 3500 kg rebocada por tractor de rasto contínuo de potência não inferior a 140 hp. Com esta operação diminui-se a carga de combustível e a competição com as árvores e a vegetação herbácea e arbustiva, promovendo em simultâneo uma ligeira mobilização do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas prácticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Na identificação das operações de controlo da vegetação foram tidos em conta os seguintes factores: condições edafo-climáticas, vegetação presente, características do povoamento e objectivos pretendidos.
Gradagem em faixas	Esta operação realiza-se com recurso a uma grade em V acoplada a tractor de rasto contínuo de potência não superior a 90 hp tendo por objectivo o corte e enterramento dos matos existentes. Com esta operação diminui-se a carga de combustível e a competição com as árvores e a vegetação herbácea e arbustiva, promovendo em simultâneo uma ligeira mobilização do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas prácticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Na identificação das operações de controlo da vegetação foram tidos em conta os seguintes factores: condições edafo-climáticas, vegetação presente, características do povoamento e objectivos pretendidos. A gradagem em faixas deverá ter como critério de execução uma mobilização na área de intervenção de no mínima 50% e no máximo 90%.
Adensamento com sobreiro; Rearborização de ardidos;	Com o adensamento pretende-se criar uma densidade ideal para a exploração dos povoamentos existentes. Pretende-se criar uma ocupação eficaz do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas prácticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.
Arborização com sobreiro; Rearborização de ardidos;	A arborização com o sobreiro será efectuada com recurso a planta certificada e de proveniência reconhecida. Pretende-se criar povoamentos ordenados e passíveis das mais activas formas de gestão no efectivo respeito pelo montado de sobro. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas prácticas florestais, nomeadamente no pressuposto de realização de uma instalação que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.

Aproveitamento da regeneração natural	O aproveitamento da regeneração natural deverá ser executado tendo por base a identificação dos exemplares passíveis de vir a apoiar a constituição de povoamentos ordenados e passíveis das mais activas formas de gestão. A regeneração natural, sempre que possível, deverá ter preferência na constituição e/ou renovação de povoamentos. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas prácticas florestais, nomeadamente no pressuposto de realização de uma instalação que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.
Instalação de tremocilha	Operação que consiste na aplicação de tremocilha utilizando um tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador e grade de discos de 1000 kg para efectuar o seu enterramento. Pretende-se aumentar o teor de fertilidade do solo assim contrariar efeitos negativos de fenómenos erosivos
Sacha e Limpeza de envolventes com colocação de tremocilha	Esta operação executa-se com o recurso a ferramentas manuais e após a eliminação da vegetação que envolve o pé da árvore é aplicada manualmente tremocilha.
Fertilização	A fertilização ocorre em 3 tipos de adubação localizada, total e de fundo, conforme o justifique o povoamento em causa. A adubação localizada consiste na aplicação manual de 100g de adubo Exactyon AG Sobreiros 15-10-12 (12m)-SGN 300. A adubação total consiste na distribuição de adubo Superfosfato a 18%, utilizando para tal tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador e grade de discos de 1000 kg para efectuar o enterramento. A adubação de fundo realiza-se nas situações de adensamento e consiste na aplicação de adubo OSMOCOTE (20 g/planta) no fundo do covacho.
Aplicação de calcário	Consiste na distribuição de Óxido de Cálcio utilizando para tal tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador.
Podas sanitárias	Deverão ser sempre utilizadas quando existir a identificação de danos nos sobreiros. Deverão ter em conta a fase de desenvolvimento do povoamento, a sua densidade e o modo de tratamento. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Podas de manutenção	Estas podas apenas deverão ser realizadas em necessidade absoluta. Terá como objectivos únicos a manutenção da árvore em boas condições fisiológicas e produtivas no maior período de tempo possível. As podas de manutenção em sobreiros adultos nunca deverão incidir sobre uma percentagem superior 25% da copa, nem nas pernadas com diâmetro superior a 18 cm. O critério FSC aponta para valores nunca superiores a 35% da biomassa da copa. Devem ser apenas cortados os ramos ladrões inseridos a prumo nas pernadas. Os cortes deverão ser efectuados rentes e lisos. Não se deve contrariar a forma natural da árvore. Estas podas não deverão ser executadas nas duas épocas anteriores ao descortiçamento nem nas duas épocas seguintes. O intervalo de intervenção deverá ser sempre superior a 10 anos podendo chegar a intervalos de 25 anos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF. Todo o material proveniente de intervenções (podas,

	desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Podas formação em povoamentos instalados e regeneração natural	As podas de formação não deverão exceder os 2/3 da altura total da árvore nem retirar mais de 1/3 dos ramos vivos. A execução e as ferramentas a utilizar nesta operação varia consoante a espécie e a sua idade. Para povoamentos de sobreiro jovem, as podas executam-se com ferramentas manuais e visam eliminar rebento, enquanto que nos povoamentos adultos utilizam-se ferramentas manuais e mecânicas (motosseras) para remoção de ramos mortos. As podas de formação do fuste deverão ser executadas em sobreiros no sentido de formar árvores adultas com fustes bem formados. Pretende-se que os sobreiros tenham no mínimo 2,5 a 3 metros de altura de tronco e com a melhor forma, possibilitando assim a obtenção de pranchas de cortiça com o melhor aproveitamento industrial. Deverão ser realizadas, no máximo, por três vezes, pela primeira vez quando o sobreiro atingir 1 a 1,5 m, pela segunda vez quando o sobreiro atinge os três metros e terceira vez se necessário). Nunca deverão ser retirados mais de 1/3 dos ramos vivos de cada vez. As podas de formação da copa têm como função a selecção e preparação das futuras pernadas e braças para o descortiçamento. Deverão ser realizadas preferencialmente por duas vezes, pela primeira vez no terceiro ano seguinte á desboia (quando exista a terceira poda de formação do fuste poderá ser a altura ideal) e no terceiro ano a seguir á tirada da cortiça secundeira. Em cada intervenção nunca se deverão retirar mais de 1/3 dos ramos vivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Desramação	Esta operação é apenas realizada nos povoamentos de pinheiro manso e consiste em desramar o terço inferior dos indivíduos. Para realizar a operação serão utilizadas ferramentas manuais e motoserras. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.

Desbaste misto, pelo alto misto ou intermédio	Esta intervenção preconiza-se apenas para os povoamentos de Pinheiro bravo. Remoção da generalidade dos exemplares arbóreos dominados e subordinantes, remoção ao mesmo tempo no andar superior das dominantes e culminantes de forma a minimizar eventuais efeitos negativos nos melhores activos arbóreos, árvores de futuro. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Desbaste em Pinheiro manso	O primeiro desbaste deverá ocorrer na altura da primeira desramação. A intervenção terá sempre em conta a identificação dos exemplares mais bem conformados e que possibilitarão no futuro a permanência de boas árvores com boas copas e correspondentes fustes. Após o segundo desbaste as intervenções deverá ser analisada a necessidade de realização de intervenções mais assiduamente. A normal evolução do povoamento indiciará a necessidade de intervenção. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Desbaste em sobreiro	Remoção dos exemplares mal conformados e sem viabilidade futura. Eventualmente deverá ser analisada a possibilidade de converter para produção de talhadia algumas touças mais vigorosas. A intervenção, assim como a reconversão deverão ter a aprovação da autoridade florestal nacional. Todo o material proveniente de intervenções (podas, desramações, exploração) deverá ser triturado e incorporado na área de intervenção ou removido para fora da área de intervenção e eliminado. A eliminação deverá ocorrer sem recurso a queima. A única situação em que os sobrantes não deverão ser destruídos tem a ver com a potencial utilização para apoio ás atitudes de gestão dentro de Zona de Caça. Assim os sobrantes da intervenção deverão ser aproveitados para construir pequenos montículos de lenha na perspectiva de criar refúgios para a caça.
Monitorização fitossanitária	Avaliação fitossanitária dos povoamentos existentes
Colocar protectores	Colocação de protectores individuais com a dimensão de 0,6x0,1 mts do tipo PRO-CLIMAT.
Retirar protectores	Remoção de protectores individuais com a dimensão de 0,6x0,1 mts do tipo PRO-CLIMAT.
Colocação de tutores	Colocação de tutores em exemplares que demonstrem necessidade.
Beneficiação de infraestruturas	Intervenção na beneficiação das infraestruturas que revelem necessidade de manutenção, nomeadamente rede viária, rede divisional e charcas. A rede viária deverá ter uma regularização da plataforma assim como as valetas, sempre que existam, deverão ter manutenção.

	A rede divisional deverá ser mantida com a carga de combustível mínima, de forma a reduzir a continuidade horizontal dos combustíveis. Sempre que possível deverão ser aplicadas sementeiras com leguminosas. Os pontos de água deverão ter intervenção de beneficiação nos taludes (sempre que existam, e no coroamento, assim como nas descargas que devem estar devidamente limpas antes o início da época das chuvas. Perante o regime torrencial existente a sua manutenção também deverá ter especial atenção em épocas de condições climatéricas instáveis.
Revisão do PGF	Recolha de informação para análise dos efeitos da gestão preconizada. Análise quantitativa e qualitativa das intervenções realizadas. Análise das necessidades futuras de gestão.

Na execução e preconização das intervenções as questões de preservação do solo e recuperação do potencial nutritivo são tidas em conta.

Se por um lado as medidas adequadas para atenuar ou impedir a erosão do solo, são favoráveis á conservação da matéria orgânica, deverá no entanto existir uma baixa frequência nos trabalhos de mobilização.

Nas situações aqui identificadas temos níveis de matéria orgânica baixos e muito baixos, devendo por isso apostar na implantação de culturas que promovam o seu incremento.

Claro que a situação não é linear, no entanto tivemos em conta vários factores, tais como:

- A redução do teor em matéria orgânica é mais intensa enquanto o solo é ocupado por culturas que o deixam muito exposto á acção directa do sol e em que se fazem várias mobilizações de solo;
- Deverão ser utilizadas culturas que proporcionem uma maior protecção á superfície do terreno e em que normalmente não se procede a mobilizações depois da cultura estar estabelecida;
- A matéria verde produzida deverá ser incorporada no solo;
- Após a introdução de prados a diminuição do teor em matéria orgânica é significativamente atenuada;
- A incorporação de fertilizantes é o processo mais correntemente utilizado para manter e aumentar o nível do teor em matéria orgânica;
- O aumento da massa das raízes assim como da massa da matéria seca no solo promove o teor de matéria orgânica no solo;

- Um dos factores de maior importância é o da época da realização das mobilizações mecânicas, já que o aumento da mineralização da matéria orgânica é efectivamente um problema a minimizar;

Com esta tipologia de intervenções pretende-se também diminuir drasticamente os efeitos erosivos, já que serão realizadas em curva de nível;

Por último pretende-se contrariar o efeito negativo do regime torrencial, propondo intervenções que diminuam a escorrência superficial e a sua velocidade.

8.2. DFCI (operações mínimas de silvicultura)

Relativamente ás medidas de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) são identificadas em cartografia anexa as acções a implementar ao nível de:

- Rede secundária:
    - Rede viária municipal (intervenção numa faixa lateral de terreno confinante, com a largura mínima de 10 metros para cada lado);
    - Linhas de transporte de energia (intervenção numa faixa lateral de terreno confinante, com a largura mínima de 10 metros para cada lado, tendo como início a projecção horizontal dos cabos condutores exteriores)
    - Zonas sociais (intervenção numa faixa lateral de terreno, com a largura mínima de 50 metros do limite exterior considerado para a zona social);

- Rede terciária:
    - Rede viária da unidade de gestão (intervenção numa faixa lateral de terreno confinante, com a largura mínima de 10 metros para cada lado);
    - Rede divisional da unidade de gestão (intervenção numa faixa lateral de terreno confinante, com a largura mínima de 10 metros para cada lado)
- Outros:
    - Charcas e outros pontos de água (intervenção numa faixa confinante, com a largura mínima de 50 metros);
    - Marcos geodésicos (intervenção numa faixa com a largura mínima de 30 metros);

Relativamente ao empreendimento do Alqueva, as zonas a ter intervenções de DFCI estão incorporadas no ficheiro que foi fornecido pela EDIA, sendo da sua responsabilidade.

Relativamente ás intervenções DFCI a sua implementação será efectuada intervindo de uma forma contínua (intervenções com uma periodicidade de um a três anos, consoante as necessidades identificadas). Estas intervenções serão devidamente integradas nas candidaturas que entretanto sejam apresentadas para atribuição de apoio ao investimento, salvaguardando desde já a sua realização quando não integradas em projecto. As intervenções a realizar serão devidamente integradas na calendarização das acções preconizadas, sendo identificadas como operações mínimas de silvicultura.

As operações mínimas de silvicultura deverão ser realizadas com um intervalo máximo de 3 anos (intervenção ao nível da continuidade vertical e horizontal). Nestas operações também serão incluídas as beneficiações da rede viária e divisional, já preconizadas para intervenção.

A análise da situação de campo deverá passar por um acompanhamento anual, devendo ser tomada a decisão da sua execução, quer antecipando quer assumindo o prazo de intervalo máximo preconizado.

Deverá ser tido em conta a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 13º do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro.

A necessidade de dar cumprimento ás operações mínimas faz com que optemos por individualizar as operações de beneficiação de rede viária e rede divisional, para que possam ser sempre analisadas em separado e que qualquer alteração a efectuar não ponha em causa a sua realização.

9. Planos de curto e médio prazo para actividades associadas à floresta

9.1. Aproveitamento cinegético

A Herdade de Aldeia de Cima e Fonte do Pote encontra-se actualmente integrada na Zona de caça turística do Panasquinho e outras (processo nº 1453), que está a ser objecto de solicitação de renovação da concessão.

No cômputo geral a entidade gestora tem efectuado repovoamentos com perdizes, lebre e coelhos. A exploração da caça maior tem sido objecto de prévio repovoamento. Das largadas de faisões tem sido constituído o núcleo reprodutor.
A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de acções neste plano. A manutenção de campos de alimentação e a existência e promoção de pontos de água, pequenas charcas, são parte integrante das acções de manutenção do habitat na presente ZCT.

Todas as acções de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

Deste modo, todas as acções executadas devem considerar o Plano de Ordenamento cinegético da área em causa, devendo ser fomentada, nomeadamente:

- A manutenção dos povoamentos de folhosas autóctones (*Quercus ilex*, e *Quercus suber*), além do potencial produtivo que sustentam, é essencial do ponto de vista cinegético, uma vez que em geral têm mais interesse do que outras espécies na supressão das necessidades alimentares de várias espécies, nomeadamente os veados e javalis;
- A instalação de pequenas pastagens de gramíneas e leguminosas, poderá constituir uma boa forma de suprir as necessidades alimentares de algumas das espécies mais exigentes como as perdizes, espécie que deverá ser reforçada anualmente no próximo quinquénio.
- A prática de desmatações, (roço de matos em faixas) em zonas com material muito envelhecido, lenhificado e de baixo valor alimentar, de forma a provocar o rebentamento de plantas novas, preferidas pelas espécies cinegéticas, uma vez que são mais nutritivas e palatáveis.

9.2. Identificação e caracterização da Zona de Caça Turística do Panasquinho e anexas – Processo nº 1453-DGF

A exploração agro-silvopastoril não colide com o normal desenvolvimento das espécies cinegéticas, daí que a gestão cinegética possa ser um aliado precioso para a sustentabilidade de uma gestão activa.

Espécies cinegéticas ocorrentes

De acordo com o anexo a que se refere o nº1 do artigo 21° do Decreto-Lei 136/96, de 14 de Agosto, apresentam-se seguidamente algumas das espécies cinegéticas ocorrentes na área em estudo, todas elas comuns ou abundantes, as quais serão identificadas A:

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - Lepus capensis; Coelho - Oryctoiagus cunculus; Raposa - Vulpes vulpes (A); Saca-rabos - Herpestes ichneumon;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - Alectoris rufa (A); Faisão – Phasianus colchicus

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - Anas piazyrhvnchos; Tarambola-dourada - Pluvialis apricaria; Abibe - Vanelius vaneitus; Galinhola - Scolopax rusticola; Rola - Streptopeiia turtur; Codorniz — Coturnix coturnix; Pombo-torcaz Columba palumbus; Tordo—ruivo - Turdus iliacus; Tordo-comum - Turdus philomelos (A); Tordeia - Turdus visei vorus;

Caça maior

Javali - Sus scrofa

Controlo de predadores

A satisfatória evolução das populações cinegéticas não é viável sem se recorrer a práticas de controlo de predadores, incluindo a erradicação de todos os cães e gatos vadios, de acordo com o legislado:

a) Controlo de raposas, com armadilhas de caixa ou a tiro. pelo processo de espera;

b) Controle de saca-rabos, com armadilhas de caixa ou a tiro, pelo processo de espera;

c) Controle de gralhas-pretas e gaios, com armadilhas selectivas ou a tiro, de salto e á espera.

Para além destas acções de controle, poderá igualmente ser requerida à Direcção Geral das Florestas a execução ou a permissão de execução de outras acções de correcção de densidade de populações de outras espécies cinegéticas

A não autorização da realização das acções de correcção atrás referidas desvincula a entidade concessionária da obrigação de indemnização por danos causados nos próprios terrenos e em terrenos vizinhos pelas populações que se pretendiam controlai

9.3. Acções de apoio á gestão da ZCT

Em resumo poderemos identificar uma série de acções a realizar, tendo como objectivo a gestão da zona de caça turística, numa perspectiva de sustentabilidade. Tais acções, que identificamos como "Acções de apoio á gestão na ZCT", serão as seguintes:

- Censos da fauna;
- Acções de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de searas (triticale, trigo ou cevada) consociadas com leguminosas;
- Como complemento das searas poderão ser efectuadas culturas para caça" em pequena s manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

As acções serão desenvolvidas de dois em dois anos e sempre que necessário anualmente. A monitorização apoiará a tomada de decisão da época e altura da necessidade de intervenção.

9.4. Aproveitamento apícola

A flora apícola existente nos estratos arbóreo e arbustivo da Unidade de Gestão, caracterizada por uma grande diversidade florística, proporciona às abelhas flores durante todo o ano, pelo que se podem equacionar no futuro acções no âmbito de um maior aproveitamento deste recurso.

9.5. Aproveitamento de matos

Apesar de os matos se caracterizarem por ter grande volume por tonelada, o que implica ter de recolher e transportar grandes volumes, para um ganho energético relativamente modesto deve ser encarada a possibilidade de no futuro ser possível obter rendimentos substanciais derivados da exploração de matos para a produção de energia.

No entanto, todas as acções executadas no âmbito da exploração de biomassa para energia devem salvaguardar a protecção dos solos e a conservação da biodiversidade. Assim:

- Para assegurar a conservação da biodiversidade apela-se a uma estrutura diversificada das florestas, o que passa por ter alguma presença de matos em diferentes fases de desenvolvimento, estando assim seriamente limitada a disponibilidade de matos para produção de energia;
- Para assegurar a protecção do solo contra a erosão e permitir o fecho do ciclo de nutrientes, sem recurso a adubações extensivas, apela-se a uma cobertura permanente do solo e à restituição do máximo possível de matéria orgânica, o que passa por incorporar os matos e resíduos de exploração no solo, e não a sua recolha e transporte para fora da floresta.

10. Anexos

10.1. Historial da Gestão nas áreas integrantes do Plano de Gestão Florestal

10.2. Caracterização do coberto vegetal, recursos associados por parcela de intervenção, com identificação do historial dos projectos antigos – Reg (CEE) 2080/92, PEDIZA, PDF, AGRO, RURIS - (apoiado em cartografia simples de apoio)

10.3. Historial de aproveitamento e gestão da zona de caça turística (2005-2008)

10.4. Cartografia de apoio

- Carta de localização
- Carta de condicionantes
- Carta de ocupação do solo
- Carta de Infra-estruturas
- Planta de Ordenamento
- Carta de risco de incêndio (AFN/CRIF)
- Carta de perigosidade florestal (AFN/DFCI)
- Carta de historial de incêndios (AFN)
- Incêndios – Registo – 2001 / 2006 (AFN)
- Cartografia PROF
- Cartografia de DFCI – Rede de faixas de gestão de combustível
- Cartografia de infra-estruturas, restrições de utilidade pública, PROF (corredor ecológico) e infra-estruturas cinegéticas